



relatório  
&contas 15

Grupo Cooprofar-Medlog

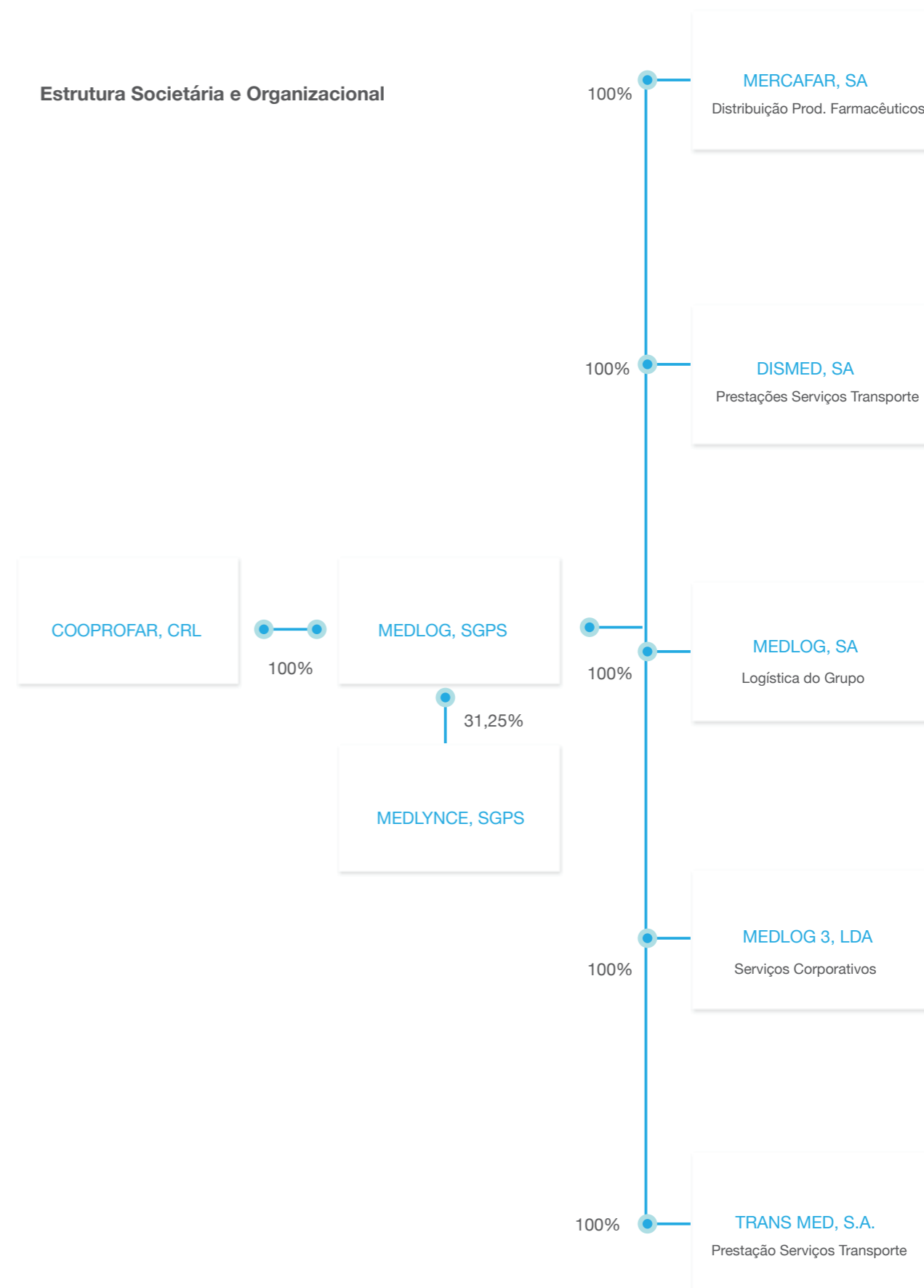
# relatório & contas 15

Grupo Coopfar-Medlog

	Índice
04	<b>Grupo Coopfar-Medlog</b>
06	<b>O Ano em Análise</b> Enquadramento Macroeconómico e Setorial
18	<b>Áreas De Negócio - Performance Económico-Financeira</b> Comercialização, Promoção e Representação de Produtos De Saúde Logística Farmacêutica e Hospitalar Transporte de Produtos de Saúde Comércio Internacional
26	<b>Análise Económico-Financeira</b>
28	<b>Atividade do Grupo</b> Aprovisionamento E Compras Marketing e Serviços Recursos Humanos Sistemas De Informação E Inovação Técnico e Qualidade Serviços Administrativos E Financeiro
46	<b>Perspetivas 2016</b>
48	<b>Demonstrações Financeiras e Consolidadas</b> <b>Balanço Consolidado</b> <b>Demonstração De Resultados Consolidados</b> <b>Demonstração Dos Fluxos de Caixa Consolidados</b> <b>Demonstração Das Alterações No Capital Próprio (2015-2014)</b>
54	<b>Anexo</b>
84	<b>Relatório e Parecer Do Conselho Fiscal</b>
86	<b>Certificações Legal das Contas Consolidadas</b>
88	<b>Contas Individuais da Coopfar, Crl</b>

# Grupo Cooprofar Medlog

## Estrutura Societária e Organizacional



# O Ano em Análise

Grupo Cooprofar-Medlog

## Enquadramento Macroeconómico 2015/2016

### Economia Internacional

No ano de 2015, observou-se uma diminuição do ritmo de crescimento da economia mundial face ao ano precedente. O PIB mundial aumentou 3,1% em termos reais, depois de uma subida de 3,4% tanto em 2013 como em 2014. Tal ocorreu num contexto em que a aceleração da atividade económica na Área do Euro, no Japão e, em menor grau, nos EUA, não foi suficiente para compensar o arrefecimento económico observado no conjunto das restantes economias avançadas e no conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento.

### Evolução económica internacional – taxas de variação anual do PIB (%)

	2014	2015	2016 (p)
<b>Mundo</b>	<b>3,4</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>
Economias avançadas	1,8	1,9	2,1
EUA	2,4	2,5	3,6
Zona do Euro	0,9	1,5	1,7
Japão	0,0	0,6	1,0
Outras economias avançadas	2,8	2,1	2,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,6	4,0	4,3

Fonte: FMI – World Economic Outlook Update, janeiro 2016

Nota: (P) - Previsão.

Nos **EUA**, o prolongamento da postura expansionista da política monetária durante a quase totalidade de 2015 e o estágio mais avançado de resolução dos desequilíbrios financeiros das famílias e empresas conduziu à manutenção de uma atividade económica com uma dinâmica mais forte que a média das economias mais avançadas. No final do ano, a Reserva Federal norte-americana aumentou a sua principal taxa de juro diretora em 0,25 pontos percentuais (p.p.) para um intervalo de 0,25% a 0,5%, após sete anos num mínimo histórico próximo de zero, mostrando uma maior confiança na sustentabilidade da melhoria das condições no mercado de trabalho e no retorno a uma taxa de inflação de 2% a médio prazo.

Na **Área do Euro**, a manutenção de uma política monetária muito acomodatória permitiu que, apesar dos movimentos de consolidação orçamental em diversos Estados-membros, a atividade económica acelerasse consideravelmente, num quadro global de melhoria do mercado de trabalho e de aumento da confiança dos agentes económicos durante a maior parte do ano. A atividade económica melhorou na generalidade dos Estados-membros, com destaque para as acelerações na Espanha, Irlanda, França e Itália, suportadas sobretudo pela recuperação da procura doméstica. No **Japão**, apesar do andamento irregular da atividade económica ao longo do ano, associado sobretudo à dinâmica do consumo privado e da procura externa líquida, o ano de 2015 saldou-se por uma aceleração face ao ano anterior.

Quanto às **economias emergentes** e em desenvolvimento, registou-se em 2015 uma acentuação do movimento de abrandamento iniciado no ano anterior. Apesar da taxa de crescimento do PIB se manter superior à média mundial, houve reflexos negativos da queda acentuada dos preços das matérias-primas e da saída acentuada de capitais em vários países. Destaca-se a continuação da trajetória de desaceleração da China (para 6,9%, menos 0,3 p.p. que no ano anterior), no contexto do seu movimento de mudança estrutural para uma economia mais baseada no consumo e nos serviços, e a forte contração do PIB no Brasil e na Rússia (taxa de variação do PIB de -3,7% e -3,8%, respetivamente).

O FMI prevê uma ligeira aceleração da economia mundial, para uma taxa de crescimento de 3,4% em 2016 e de 3,6% em 2017. Esta recuperação gradual da atividade económica global reflete a persistência de fatores com efeitos de sentido contrário ao nível global. Em sentido positivo, realça-se o efeito dos preços do petróleo baixos nos países importadores, a continuação da melhoria das condições de financiamento nas economias avançadas e a manutenção das perspetivas sólidas de crescimento no tocante aos EUA no contexto de uma política monetária que se manterá expansionista (apesar da recente subida de taxas diretas). Em sentido negativo, salientam-se as repercussões negativas da queda dos preços internacionais das matérias-primas, em particular do petróleo, nos países produtores, as acentuadas oscilações nos fluxos financeiros internacionais e nas taxas de câmbio, em parte devido a políticas monetárias cada vez mais divergentes, e a trajetória de abrandamento económico da China, com repercussões globais via fluxos de comércio e investimento internacionais.

Como reflexo sobretudo do desempenho das economias emergentes e em desenvolvimento, o volume de **comércio internacional** registou um abrandamento expressivo em 2015, para uma taxa de crescimento de 2,6% (menos 0,8 p.p. que no ano precedente). O ritmo de crescimento do comércio internacional foi inferior ao do PIB mundial, significando assim uma redução da intensidade das trocas comerciais ao nível mundial. De acordo com a previsão do FMI, em 2016 e 2017 deverá regressar a trajetória de aceleração dos fluxos de comércio internacional, com uma taxa de crescimento de 3,4% e 4,1%, respetivamente, já acima do ritmo de crescimento do PIB mundial no último ano.

No **mercado cambial**, o euro voltou a registar uma significativa depreciação face ao dólar (variação de -16,2%) e retomou a trajetória de depreciação face ao iene (variação de -3,9%) em 2015 (variação de -12% e de 0,3%, respetivamente, em 2014). O índice de taxa de câmbio efetiva do euro recuou 9,3%, em contraste com uma ligeira subida (0,6%) no ano anterior. No entanto, o euro apresentou uma importante recuperação já em fevereiro e março de 2016, em particular como reflexo do movimento de depreciação das moedas das economias emergentes.

Em 2015, os índices de **preços das matérias-primas** compilados pelo FMI recuaram pelo quarto ano consecutivo, perdendo 47,1% na componente petrolífera e 17,4% na componente não energética (face a quedas de 7,5% e de 4,0%, respetivamente, em 2014). Em particular em relação ao petróleo, o preço do Brent em dólares por barril terminou o ano de 2015 com uma queda de 39,1% face ao ano anterior (variação homóloga de dezembro). As previsões do FMI apontam para uma atenuação do ritmo de descida do preço do petróleo em 2016, com uma variação esperada de -17,6% para o conjunto do ano.

Nos mercados financeiros, os **principais índices bolsistas** tiveram um comportamento misto no cômputo de 2015. Nos EUA, o índice Dow Jones recuou 2,2% entre o final de 2014 e o final de 2015, enquanto na Europa o índice de referência Euro Stoxx 50 progrediu 3,9% e no Japão o índice Nikkei aumentou 7,4%.

## 2. Economia Nacional

Em 2015, a atividade económica em Portugal continuou a exibir um movimento de recuperação, tendo o PIB aumentado 1,5% (mais 0,6 p.p. que em 2014). Esta evolução, embora modesta, resultou, fundamentalmente, do comportamento da procura interna, cujo contributo para o crescimento do PIB líquido de importações ultrapassou o comportamento das exportações (1,1 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente, segundo o Banco de Portugal).

Relativamente ao andamento do **consumo**, merece destaque, tal como no ano anterior, a progressão da componente de bens duradouros (crescimento de 11,4% em 2015), continuando a trajetória iniciada em finais de 2013 como reflexo da sua elevada sensibilidade ao ciclo económico. A recuperação global do consumo privado refletiu uma melhoria das condições do mercado de trabalho e das condições financeiras das famílias, num contexto de alguma redução dos níveis de endividamento e de manutenção de baixas taxas de juro. Já o consumo público, apesar de em recuperação, exibiu um crescimento apenas ligeiro (0,8%).

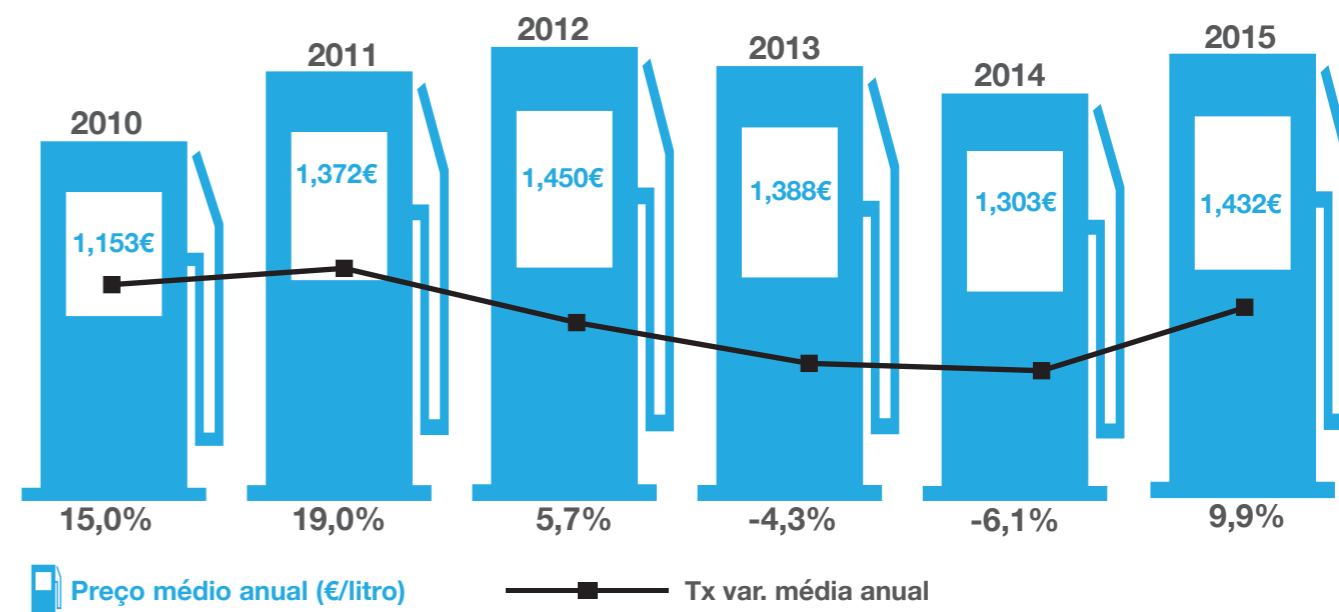
No **investimento**, a formação bruta de capital fixo (FBCF) em equipamento de transporte foi a componente mais dinâmica (crescimento de 15,1% em 2015), realçando-se também a recuperação da FBCF em construção (crescimento de 4,1%). Em contraste, a FBCF em outras máquinas e equipamento registou um abrandamento significativo (passando de um crescimento de 14,4% para 1,9%, entre 2014 e 2015), refletindo a incerteza interna e a interrupção do aumento da utilização da capacidade produtiva, quer na indústria transformadora quer nos serviços e, mais amplamente, o recrudescimento da turbulência financeira que assolou a economia mundial no final do ano.

As **exportações** viram o seu crescimento aumentar 1,2 p.p. face a 2014, situando-se em 5,1%, bastante acima do crescimento da procura interna, enquanto as **importações** registaram uma aceleração marginal face ao ano anterior, com uma variação de 7,3% (sendo que a aceleração registada no primeiro semestre se deveu, em grande medida, à importação excecional de alguns produtos farmacêuticos). O andamento das exportações terá beneficiado, em particular, da forte aceleração das exportações de bens energéticos e das exportações de serviços, salientando-se o dinamismo das exportações dos serviços de turismo.

Apesar de, em termos reais, as importações de bens e serviços terem observado um crescimento superior ao das exportações, este efeito de volume negativo foi mais do que compensado por uma variação muito positiva dos termos de troca, associada à forte descida do preço do petróleo, o que resultou num aumento do excedente da **balança de bens e serviços**, de 1,1% para 1,7% do PIB. Já o excedente da balança corrente e de capital recuou de 2,0% para 1,7%, refletindo alguma deterioração do saldo da balança de rendimentos (sobretudo rendimentos de investimento em carteira) e do saldo da balança de capital (explicada por uma redução do montante total de fundos recebidos da União Europeia). Em qualquer caso, o facto do saldo da balança corrente e de capital ter permanecido positivo permitiu uma nova redução da dívida externa líquida face ao exterior em rácio do PIB.

A **taxa de inflação**, medida pelo índice harmonizado dos preços no consumidor, exibiu um valor médio de 0,5% em 2015, face a -0,2% no ano precedente, num contexto de pressões inflacionistas internas crescentes mas ainda baixas e pela redução do contributo negativo da componente externa refletindo o movimento de depreciação do euro. A evolução da taxa de inflação foi suportada pela aceleração dos preços dos serviços, de 1,1% para 1,4%, e pela atenuação da queda dos preços dos bens, que passaram de uma variação de -1,1% para -0,1%. Em particular, o preço do gasóleo rodoviário aumentou 9,9% no cômputo de 2015, invertendo o movimento de descida dos dois anos anteriores.

### Evolução do preço do gasóleo rodoviário



O **mercado de trabalho** prolongou, em 2015, a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2013. Dinamizada pelo setor privado, a população empregada, estimada em 4.548,7 mil pessoas, registou um acréscimo anual de 1,1% (face a uma variação de 1,6% em 2014), enquanto a população desempregada diminuiu 11,0% para 646,5 mil pessoas (diminuição de 15,1% em 2014). Como consequência, a taxa de desemprego fixou-se em 12,4% em 2015, representando uma queda de 1,5 p.p. face a 2014. A queda do desemprego de longa duração foi ainda mais intensa, o que levou a uma redução da sua proporção no desemprego total de 65,5% para 63,5%.

No mercado monetário, as **taxas de juro Euribor** recuaram para mínimos históricos ao longo de 2015, fixando-se, no final do ano, em valores negativos nos prazos de três e seis meses (respetivamente, -0,126% e -0,04%), refletindo o efeito das taxas também negativas da facilidade permanente de depósito do BCE. Quanto às **taxas de juro comerciais**, o ano de 2015 foi caracterizado por uma nova descida no caso tanto do crédito às famílias como do crédito às empresas (sociedades não financeiras). Em particular, a taxa de juro média dos empréstimos a estas entidades (até um milhão de euros) recuou 1,04 p.p. para 3,64%, depois de um recuo de 1,21 p.p. no ano precedente (valores de final de ano). Neste contexto, também as taxas de rentabilidade implícitas para as **obrigações do Tesouro** no mercado secundário observaram um prolongamento da sua trajetória desce em 2015. Todavia, a descida foi menos expressiva que nas taxas de juro comerciais, registando-se, no caso das obrigações a 10 anos, uma queda de 0,32 p.p., para 2,49% (valores de final de ano), depois de uma forte queda de 3,23 p.p. no ano anterior. O spread face às obrigações do Tesouro da Alemanha passou de 2,16 p.p. para 1,9 p.p., o que indica um comportamento favorável da percepção do risco associado à dívida pública portuguesa por parte do mercado.

Na **bolsa nacional**, o índice de referência PSI-20 encerrou 2015 com uma subida acumulada de 10,8% (em valores de final de ano), recuperando parcialmente face à perda de 26,8% no ano precedente. Contudo, nos primeiros quatro meses de 2016, a subida chegou a ser de 27%, tendo os trimestres seguintes assistido a um importante ajustamento em baixa, refletindo quer os movimentos de correção dos índices bolsistas internacionais quer os desenvolvimentos negativos ao nível do setor bancário em Portugal.

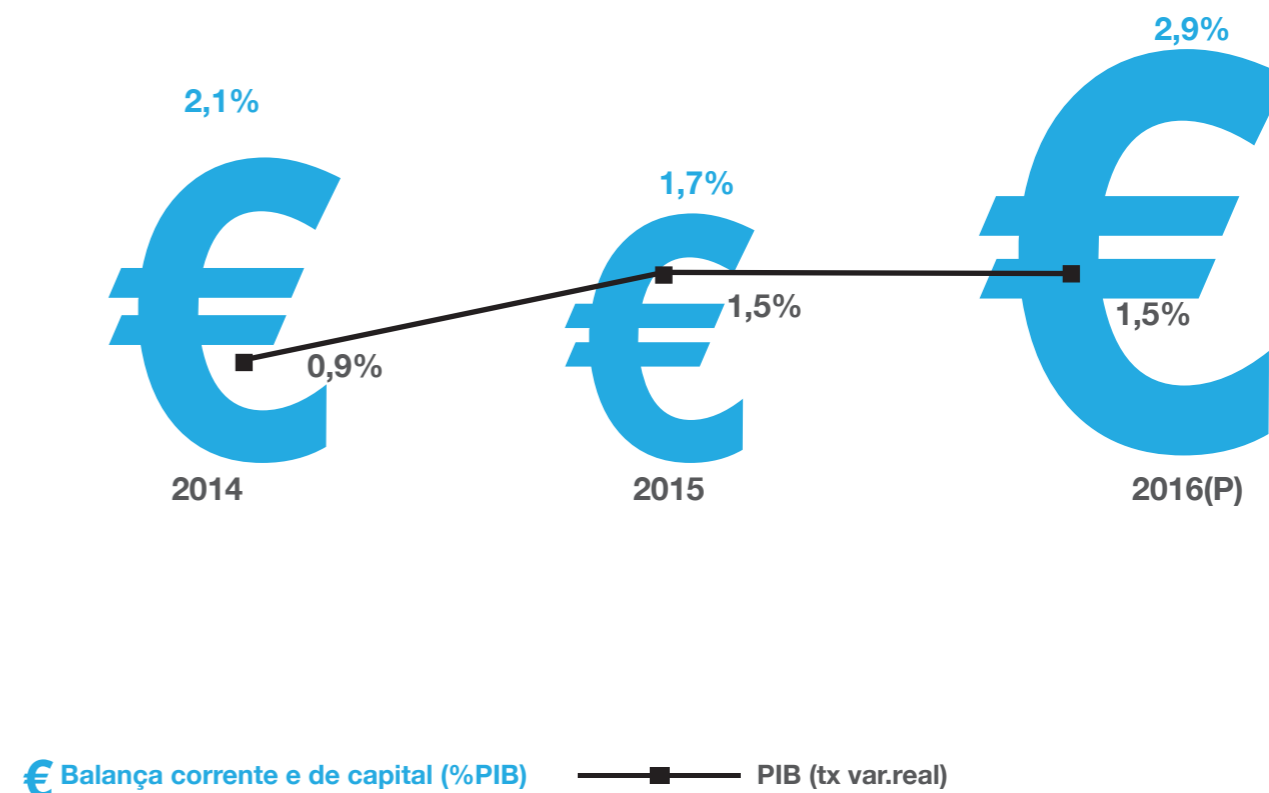
De acordo com mais recentes previsões do Banco de Portugal (de Março de 2016), o crescimento da **economia portuguesa** em 2016 deverá manter-se em 1,5%, influenciado pelo quadro de deterioração do enquadramento internacional – apesar da orientação acomodatória da política monetária – e de desaceleração do investimento empresarial. O PIB deverá manter, grosso modo, o seu ritmo de crescimento em 2017 e 2018 (1,7% e 1,6%, respetivamente), num contexto em que ainda se farão sentir os constrangimentos estruturais sobre o crescimento potencial da economia portuguesa e, em particular, o elevado endividamento dos setores privado e público. O crescimento da economia portuguesa estará em linha com o crescimento previsto para a área do euro e, em 2018, o nível do PIB estará próximo do registado imediatamente antes do início da crise financeira internacional.

A taxa de variação da **procura interna** deverá recuar 1 p.p. em 2016, para 2,4%, com abrandamentos no consumo privado para 1,8% (menos 0,8 p.p. que em 2015) e no investimento para 0,7% (menos 3 p.p.), enquanto o consumo público verá o seu crescimento ligeiramente aumentado para 1,1% (mais 0,3 p.p.). O menor crescimento do consumo em 2016 repercutirá, fundamentalmente, a evolução do consumo de bens duradouros, em particular de veículos automóveis, que, após dois anos de forte expansão, deverá ter uma progressão em linha com o rendimento real disponível das famílias. Por seu turno, a forte desaceleração do investimento decorrerá, sobretudo, da evolução negativa da FBCF em máquinas e equipamentos, que se começou a fazer sentir no final de 2015 e que se terá prolongado no início de 2016. Porém, ao longo do ano, antecipa-se que esta componente recupere, em linha com a evolução da atividade económica, permanecendo nesta trajetória em 2017 e 2018.

A desaceleração esperada do andamento das **exportações** em 2016 para 2,2% reflete a redução das exportações de bens energéticos motivada pelo encerramento temporário de uma refinaria no início do ano, bem como o efeito da redução observada em 2015 no nível das exportações para algumas economias de mercado emergentes, nomeadamente Angola e Brasil. Já o abrandamento expressivo das **importações** para 2,1% ficará a dever-se à forte desaceleração das componentes da procura global com maior conteúdo importado, nomeadamente o consumo de bens duradouros, o investimento empresarial e as exportações de bens energéticos. Para 2017 e 2018, é esperada uma aceleração das exportações e das importações, com taxas de crescimento de 4,8% e 4,9% em 2018.

O esforço de ajustamento dos desequilíbrios externos acumulados da economia portuguesa deverá prosseguir, com o **saldo da balança corrente e de capital** a atingir 2,9% do PIB em 2016 e 2,3% nos dois anos seguintes. A **taxa de desemprego** deverá registar uma redução gradual durante o horizonte de previsão, acompanhando o crescimento também gradual do emprego.

Taxa de variação real do PIB e défice externo



Fonte: elaboração própria a partir de dados do INE e Banco de Portugal.  
Nota: (P) - previsão (Banco de Portugal, Primavera 2016).

Finalmente, num quadro global de pressões inflacionistas reduzidas, com uma recuperação moderada da economia nacional (embora já superior ao potencial) e a subida contida do preço do petróleo em euros, o Banco de Portugal aponta para que a **taxa de inflação** se mantenha baixa, assistindo-se a um ligeiro movimento ascendente até 2017 (permanecendo em 0,5% em 2016 e passando para 1,4% em 2017).

Enquadramento Setorial

A distribuição por grosso de medicamento

Segundo o Infarmed, os distribuidores por grosso podem-se diferenciar em três categorias consoante a sua intervenção no circuito do medicamento: (i) Distribuição Farmacêutica, que atua nas áreas da representação, promoção e distribuição de produtos de saúde em farmácias, parafarmácias e espaços saúde; (ii) Logística Farmacêutica, que é responsável pelas operações de logística interna, pela gestão de todo o aparelho logístico afeto às várias infraestruturas, e pela comercialização de soluções de distribuição customizadas para a indústria farmacêutica, hospitais e para outros intervenientes do setor dos produtos de saúde; e (iii) Transporte de Mercadorias, que é realizado por uma empresa especializada no transporte de produtos de saúde com temperatura controlada e monitorizada, sendo que o serviço deverá ser personalizado, inovador e rigoroso na qualidade, assegurando a execução integral das definições das BPD, devendo possuir as certificações obrigatórias emitidas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT).

Assim, a distribuição grossista de medicamentos é uma atividade crucial na cadeia de valor do medicamento e, por consequência, da saúde, na medida em que estabelece, com base numa especialização fina em serviços de elevado valor acrescentado, a ponte entre a indústria farmacêutica e os utentes, permitindo poupanças significativas para estes últimos. Mais concretamente, um distribuidor por grosso é qualquer entidade que exerça a atividade de abastecimento, posse, armazenamento ou fornecimento de dispositivos médicos destinados à revenda ou à utilização em serviços médicos, farmácias e unidades de serviços médicos, ficando excluídos os que fornecem dispositivos diretamente ao público (retalhistas).

Apesar da sua reconhecida valia, os últimos anos têm sido marcados por fortes e sucessivos constrangimentos para o exercício desta atividade. Com efeito, num contexto, já longo, que tem aliado uma conjuntura económica fortemente desfavorável a medidas de política de redução do preço dos medicamentos e/ou das suas margens, os grossistas viram-se compelidos a adaptarem as suas estratégias de manutenção ou afirmação no mercado.

Deste modo, numa primeira fase, e sem conseguirem antecipar quão longo se revelaria o período de austeridade que os assolaria, os grossistas que se queriam manter competitivos desenvolveram um conjunto de iniciativas inovadoras para aportar mais valor e maior amplitude ao serviço por si prestado. Nesse âmbito, apostaram intensamente em avançados sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação e em novas filosofias e metodologias de trabalho para aumentarem a eficiência e fiabilidade da sua capacidade de resposta, ao mesmo tempo que aumentaram o número de abastecimentos diários aos retalhistas, tentando-os fidelizar por via de uma redução considerável dos respetivos custos de stockagem. Para os distribuidores que pretenderam situar-se na vanguarda do setor, as expressões RFID, Sistema Track and Trace, Sistema de Pick to Voice, Sistema Pick to Light, Lean Thinking, Six Sigma, entre muitas outras, tornaram-se habituais no seu dia-a-dia. A área do transporte de medicamentos, em articulação com os domínios intramuros dos grossistas, foi das que mais evoluiu. Com efeito, de acordo com as Boas Práticas de Distribuição, “os medicamentos devem ser transportados em todo o seu circuito por forma que: a) Não se perca a sua identificação; b) Não contaminem nem sejam contaminados por outros produtos ou materiais; c) Sejam adotadas precauções especiais contra o derrame, a rotura ou o roubo; d) Estejam em condições de segurança e não sejam sujeitos a condições inapropriadas de calor, frio, luz, humidade ou outros fatores adversos, nem à ação de microrganismos ou agentes infestantes. Os medicamentos que necessitem de controlo da temperatura durante o armazenamento devem igualmente ser transportados em condições especiais adequadas.” O transporte de medicamentos requer, portanto, cuidados técnicos muito específicos, habitualmente associados a equipamentos e metodologias também específicas. A rastreabilidade, a otimização de rotas e a garantia da manutenção das características dos medicamentos tornaram-se, neste contexto, temas que assumiram especial acuidade e que suscitaram diversos investimentos.

Numa segunda fase, tornou-se manifestamente claro o panorama de constrangimentos com que os clientes mais numerosos dos distribuidores grossistas - os retalhistas (farmácias de ambulatório) - se confrontavam, ventilando-se, de resto, a preocupação em torno da laboração de vários eles com lucros negativos.

Moderado crescimento da faturação em 2015

Após as quedas anuais continuadas registadas no período 2008-2014, o mercado português de medicamentos experimentou uma retoma em 2015, estimada em torno de 3% até alcançar um valor a preços de venda ao público de 2.475 milhões de euros.

Este valor foi, no entanto, 26% inferior ao máximo contabilizado no ano 2008. Os medicamentos genéricos perderam alguma quota de mercado em 2015, após terem aumentado significativamente a sua penetração no período 2012-2014.

Neste contexto, a faturação total agregada das principais empresas grossistas de produtos farmacêuticos atingiu em 2014 cerca de 2.440 milhões de euros, o que supôs mais 1,2% do que no ano anterior, estimando-se para 2015 um incremento adicional de aproximadamente 2%, até aos 2.490 milhões.

Alguns números Janeiro – Dezembro 2015

Despesa do SNS com medicamentos em meio ambulatório: 1.183M€(+ 1,0%)

Redução dos Encargos por embalagem, tanto do SNS (-0,3%) como do Utente (-0,2%)

N.º de embalagens dispensadas: 155 milhões (+ 1,3%)

Quota de medicamentos genéricos em unidades: 47,0% (+ 0.51 p.p.)

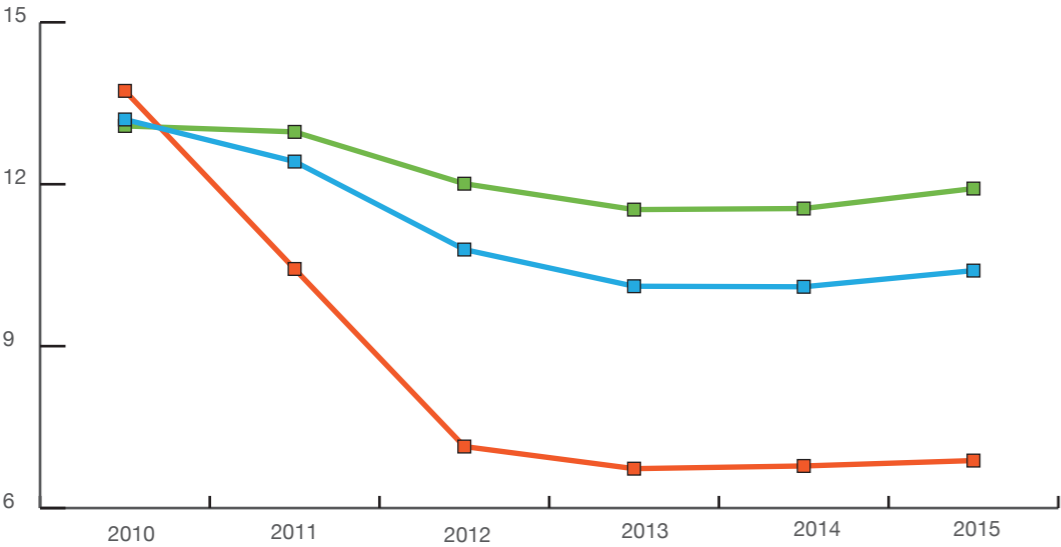
Principais Grupos Terapêuticos:

- Outros Antidiabéticos (175 M€; 14,8% do mercado; Δ% +8,8%)
- Modificadores do eixo renina angiotensina(105 M€; 8,9% do mercado; Δ% -12,0%)
- Anticoagulantes (73 M€; 6,1% do mercado; Δ% +33,9%)

Principais substâncias ativas:

- Metformina + Vildagliptina(55 M€; 4,7% do mercado; Δ% 0%)
- Metformina + Sitagliptina(45 M€; 3,8% do mercado; Δ% +3,8%)
- Fluticasona+ Salmeterol(25 M€; 2,1% do mercado; Δ% -3,0%)

Evolução do preço médio dos medicamentos no Mercado Total



	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PVP médio global	13,20	12,42	10,79	10,11	10,10	10,40
PVP médio MG	13,73	10,43	7,14	6,73	6,78	6,88
PVP médio marca	13,08	12,97	12,01	11,53	11,55	11,92

Fonte: INFARMED e IMS

Em 2015, verificou-se a continuidade da descida no PVP médio dos medicamentos constante ao longo dos últimos anos. Desde 2010, o PVP médio global desceu 27,2%. Esta descida deveu-se essencialmente aos medicamentos genéricos, com uma descida de 53,6% face a 2010.

Acesso ao Medicamento e satisfação com a farmácia

De acordo com um estudo promovido pela Universidade Católica em parceria com o CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião), a farmácia é um local a que os portugueses vão com frequência: a esmagadora maioria dos inquiridos (95%, n=538) foi à Farmácia 6 ou mais vezes, e 81% (n=850) foram pelo menos três vezes ao longo dos últimos seis meses. É entre as mulheres, os mais idosos, os reformados e pensionistas e os viúvos que essa frequência é maior.

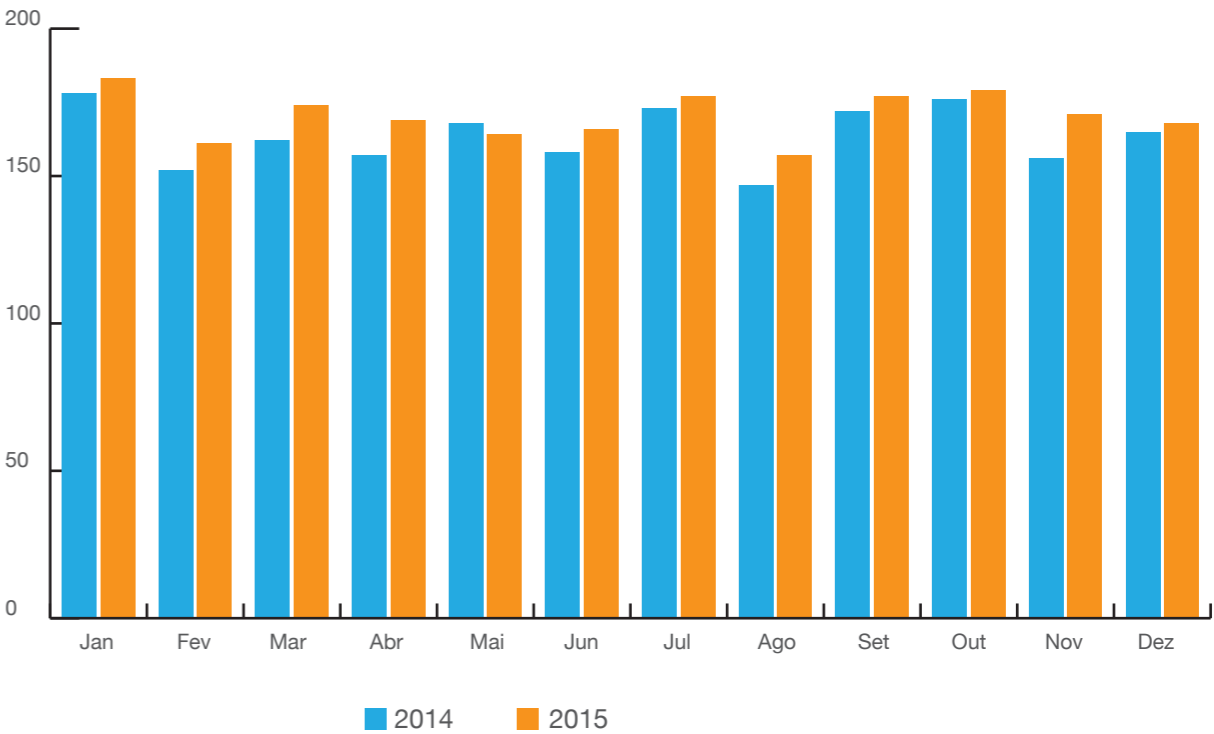
O grau de satisfação dos portugueses com a sua farmácia é muito elevado. Entre os que frequentaram a sua Farmácia pelo menos uma vez no último ano, a esmagadora

maioria está satisfeita ou muito satisfeita (94%, n=995). Cerca de um em cada quatro inquiridos (26%, n=274) declara-se muito satisfeito.

Quanto ao acesso ao medicamento, cerca de 47% (n=526) dos inquiridos declararam-se doentes crónicos ou sob medicação continuada. 38% (n=417) tiveram de regressar à Farmácia ou ir a mais do que uma, para conseguir obter todos os medicamentos receitados. 14% (n=150) deixaram de comprar algum medicamento receitado pelo seu médico. Destes, o motivo mais frequentemente apontado foi não o ter conseguido encontrar em nenhuma farmácia (33%, n=43), seguido de ainda ter o medicamento em casa (26%, n=34) e ter menos dinheiro (21%, n=27).

Os dados relativos aos armazenistas que atuam em Portugal colocam o valor do respetivo mercado (2015) em 2 052 411 388 milhões de euros, o que representa uma evolução positiva face ao ano anterior, que terminou com 1 973 831 804 milhões de euros.

Evolução do Mercado Armazenista

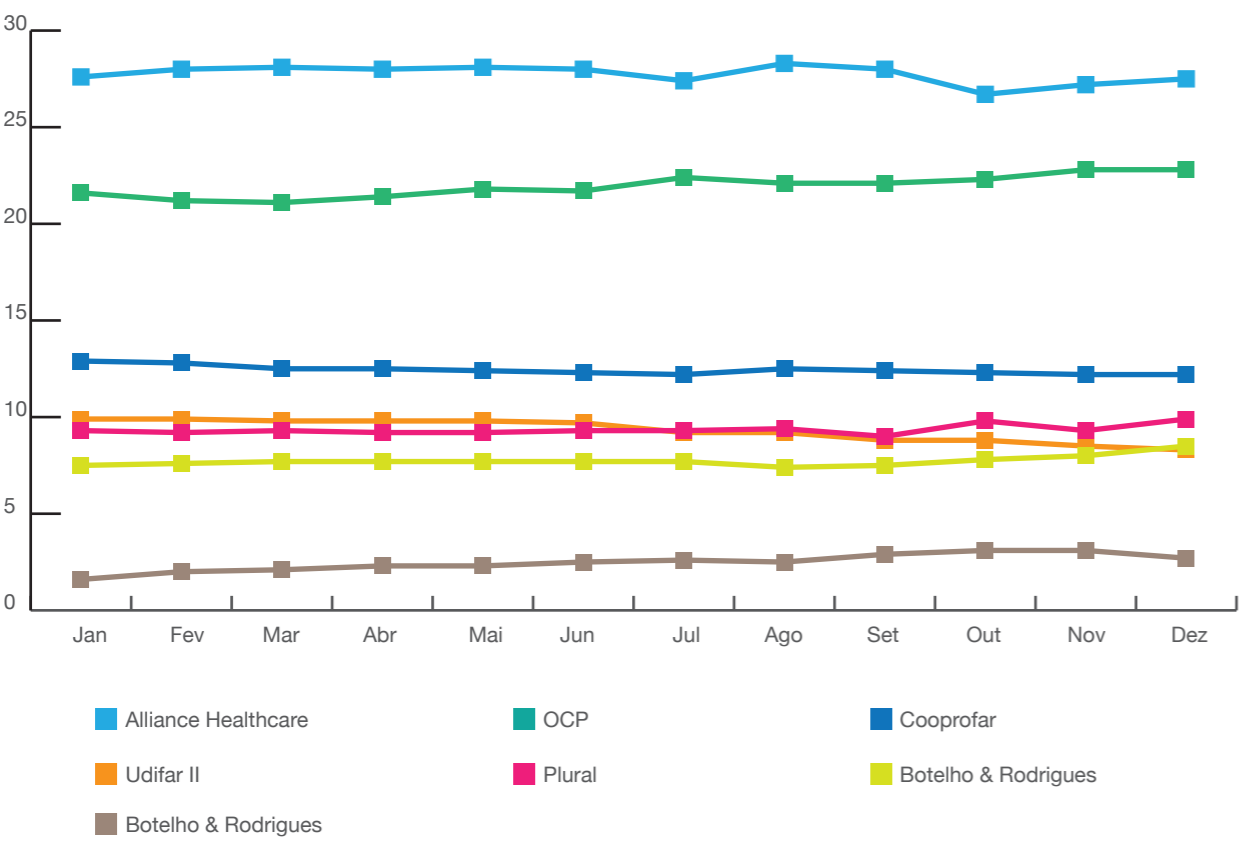


Fonte: INFARMED

A elevada concentração da estrutura de mercado é indesmentível, uma vez que os três maiores operadores - Alliance Healthcare, Cooprofar e Grupo OCP - no seu conjunto são responsáveis por 62,1% das vendas do setor, com um valor que perfaz os 1 419 494 610 €. A Cooprofar ocupa o terceiro lugar, com uma quota de 12,44%, sendo precedida por OCP Portugal 21,94% e pela Alliance Healthcare 27,74%, dois operadores inseridos em grupos multinacionais.

Os dados relativos à quota de mercado por distrito revelam, grosso modo, uma hegemonia por parte dos dois principais operadores (Alliance Healthcare e OCP), embora seja possível identificar também a forte relevância de outros distribuidores grossistas em algumas regiões. Assim, a Cooprofar destaca-se em vários distritos da região Norte, a Plural realça-se na região Centro e a Udifar assume um papel de especial relevo na região do Alentejo. Por seu turno, a Botelho & Rodrigues salienta-se em Lisboa, secundando a Alliance Healthcare. No caso das Regiões Autónomas, é de sublinhar que apenas a Alliance Healthcare se reveste de expressão digna de realce. No caso do algarve, o distrito de Faro é dominado pela Alliance Healthcare, apesar de a Udifar também ter uma quota significativa.

Evolução das principais empresas do comércio por grosso de produtos farmacêuticos



Fonte: INFARMED e IMS

Quotas de mercado por distrito (Dezembro de 2015)

	Alliance Healthcare	Botelho & Rodrigues	Udifar	Cooprofar	Plural	OCP	Outros
Aveiro	29,21%	0,43%	1,30%	32,82%	16,48%	11,21%	8,55%
Beja	36,26%	2,45%	25,91%	0,83%	2,51%	29,86%	2,17%
Braga	21,85%	11,18%	0,13%	15,19%	2,47%	23,62%	25,56%
Bragança	30,67%	0,00%	0,01%	29,21%	0,00%	35,98%	4,14%
Castelo Branco	35,27%	0,00%	7,19%	3,05%	41,36%	10,51%	2,61%
Coimbra	8,60%	1,22%	5,76%	14,81%	40,79%	5,89%	22,95%
Évora	36,85%	6,80%	26,99%	6,07%	3,48%	13,34%	5,83%
Faro	49,01%	2,03%	16,99%	1,01%	16,86%	8,95%	5,15%
Guarda	23,71%	0,00%	4,52%	17,07%	17,90%	31,00%	5,83%
Leiria	12,20%	3,32%	14,28%	5,06%	34,87%	20,60%	9,68%
Lisboa	33,25%	21,13%	12,27%	3,05%	4,36%	21,42%	4,53%
Portalegre	41,60%	1,39%	23,34%	1,35%	3,08%	12,42%	17,11%
Porto	26,94%	1,28%	1,23%	24,31%	4,53%	34,88%	6,83%
Madeira	7,65%	0,00%	2,56%	0,11%	0,00%	0,00%	89,68%
Açores	59,34%	0,00%	1,07%	0,00%	0,00%	0,00%	39,53%
Santarém	23,11%	4,91%	11,48%	1,62%	10,30%	43,67%	4,91%
Setúbal	23,65%	22,9%	17,16%	9,34%	2,12%	18,83%	6,00%
Viana do Castelo	15,74%	0,74%	0,00%	38,10%	0,00%	30,07%	15,35%
Vila Real	27,82%	0,00%	0,07%	19,59%	0,00%	48,26%	4,26%
Viseu	17,65%	0,00%	4,53%	14,56%	25,17%	32,78%	5,31%
MERCADO TOTAL	27,46%	8,50%	8,27%	12,21%	9,89%	22,79%	10,88%

Fonte: IMS

2016

Atendendo ao panorama internacional a médio prazo, o mercado europeu de distribuição de medicamentos atingirá 266,9 mil milhões de euros em 2025 (Visiogain, 2010). O crescimento do mercado de medicamentos europeu terá como principais drivers o crescimento da procura resultante, sobretudo, do envelhecimento da população e das novas e crescentes necessidades em medicamentos que daí advêm. Porém, o mercado da distribuição crescerá a um ritmo menor que o mercado global de medicamentos dada a crescente importância do Direct-to-Pharmacy e a tendência para cortes nos reembolsos e para a intensificação da presença de medicamentos genéricos. De acordo com a mesma fonte, haverá uma intensificação de processos de concentração de operadores no mercado, nomeadamente através da integração vertical entre grossistas e retalhistas.

Não obstante as idiossincrasias do mercado português, nomeadamente por via da sua regulação, o que impede a total tradução das previsões internacionais para a esfera nacional, o facto de as medidas de austeridade estarem a suavizar-se e o facto de a tendência de crescimento da procura por medicamentos ser incontornável permitem que a atividade de distribuição encare o futuro com algum optimismo.

# Áreas de Negócio

Grupo Cooprofar-Medlog

## Comercialização, Promoção e Representação de Produtos de Saúde

### FARMÁCIAS

O ano de 2015 foi um ano que ficou marcado por algumas alterações no panorama nacional. Portugal, já sem a intervenção da Troika prosseguiu com o restabelecimento gradual da confiança dos portugueses na economia, e na expectativa de aumento do seu poder de compra.

O ano terminou com a tomada de posse inédita de um novo governo fomentado pelos partidos políticos que perderam as eleições de outubro. Este novo ciclo reveste-se, pois, de enorme importância para o país e para os portugueses no que à consolidação orçamental diz respeito e às medidas apresentadas no seu programa de governo.

No sector da saúde, mais uma vez se registou a descida anual dos preços dos medicamentos, sendo o sector das farmácias o que mais contribui para a redução da despesa do estado nesta área.

O crescimento do mercado dos medicamentos genéricos continua também a contribuir para essa redução da despesa.

De qualquer modo o impacto nas farmácias já não se nota de forma tão acentuada, tendo para isso contribuído as medidas legislativas anteriores, que contemplaram a alteração do cálculo das margens dos medicamentos, com uma maior valorização da componente fixa em detrimento da variável.

As farmácias, consolidaram o seu ajustamento interno, o que se traduziu numa melhoria generalizada dos seus resultados. A estabilização dos seus custos fixos e a melhoria do processo de compra quer isoladamente ou em grupo foi uma tendência, anexada à procura de melhores condições comerciais junto do sector grossista.

Na sequência da estratégia delineada, 2015 foi, para a área de negócio Farmácia, um ano pautado pela consolidação da empresa responsável pelas vendas - a Cooprofar – mantendo-se como o maior distribuidor de medicamentos a nível nacional, de capital exclusivamente português.

De acordo com os dados do IMS, o setor da distribuição farmacêutica registou um crescimento de 3,92% em relação a 2014, registando um volume de negócios de 2.052.411.388€

A Cooprofar registou um volume de negócios de 297.530.501€ em comparação com 289.877.810€ em 2014, o que se traduziu numa quota de mercado acumulada de 12,44%.

A manutenção da aposta na comunicação com os nossos clientes e em dotar a equipa comercial de ferramentas que lhes permitam antecipar, acompanhar e responder mais rapidamente às suas necessidades foi um dos nossos objetivos. Incrementamos as parcerias com a indústria farmacêutica e mantivemos uma política estável e competitiva de preços dos OTC's que continua a ser uma das imagens de marca.

A política comercial continuou assente no equilíbrio entre descontos concedidos e nível de serviço oferecido, tendo-se traduzido numa redução progressiva do prazo médio de recebimentos.

Em 2016 teremos na proximidade e fidelização dos nossos clientes, a base da nossa estratégia, coadjuvada pela valorização da nossa carteira através de uma prospecção bem definida, assente numa análise de risco cuidada e optimização dos nossos recursos, porque acreditamos que só assim se constrói uma empresa sólida e preparada para o futuro.

ESPAÇOS DE SAÚDE

Em 2015, o segmento de negócio Espaços Saúde teve um desempenho positivo registrando um crescimento de 13,42% em volume de negócios, que significou a evolução de 17.920.073€ em 2014 para 20.593.042€.

Os projetos desenvolvidos passaram pela continuidade da procura de novos clientes e pela implementação, consolidação e aumento da abrangência das parcerias estabelecidas com clientes e Indústria no sentido de dinamizar segmentos e categorias de produtos.

Em simultâneo, a nível interno, com o objetivo de aumentar a rentabilidade, foi dada especial atenção durante todo o ano a ações vocacionadas para o aumento da eficiência ao nível dos processos operacionais.

...crescimento de 13,42%  
em volume de negócios...

REPRESENTAÇÕES

Em 2015, a atividade do Grupo Cooprofar-Medlog ao nível da Representação de Produtos de Saúde registou novamente um aumento significativo face ao ano transato, que se traduziu num volume de negócios de 869.754€, face a 666.281€ em 2014.

Conforme estava traçado no plano para o ano foi dada continuidade à procura de novas insígnias e de novos pontos de venda, mantendo sempre o objetivo simultâneo de reforço da relação comercial com os clientes existentes.

Em consequência foram introduzidos novos produtos e efetuado um trabalho contínuo de dinamização nos pontos de venda, nomeadamente nas lojas de saúde da grande distribuição.

Com o propósito de expandir este segmento de negócio iniciou-se a dinamização do mesmo no mercado Africano.

Diligenciou-se também a realização de parcerias para a promoção de gamas com notoriedade em clientes específicos e deu-se continuidade ao trabalho efetuado de reformulação estratégica da relação prospetor de vendas/gamas/clientes.

“Aumentámos em cerca de 400 paletes a capacidade total de armazenamento.”

Logística Farmacêutica

Em 2015, reforçámos a colaboração com a Universidade do Porto através da realização, em parceria com o INESC, de um conjunto de projetos de manutenção dos algoritmos de compra e transferência de mercadoria entre plataformas. Estes projetos tiveram como objetivo, não só a atualização adequada dos parâmetros dos algoritmos que necessitam de revisão periódica, como também a exploração de oportunidades de melhoria no seu funcionamento, nomeadamente ao nível da previsão da procura, dos métodos de reposição de stock e do balanceamento de existências. Como resultado, obtivemos uma diminuição de faltas significativa, traduzida num aumento do nível de serviço prestado aos nossos clientes em cerca de 2,7 pontos percentuais, subindo de 95,2%, em janeiro de 2015, para 97,9%, em dezembro do mesmo ano.

O processo interno de auditoria às várias plataformas foi melhorado e reforçado. Nos meses de julho e agosto foi implementado um novo modelo de Auditorias Bimensais para a área de armazém nas plataformas logísticas de Gondomar, Alcochete, Aveiro, Guarda e Macedo de Cavaleiros. Este novo modelo pressupõe o total envolvimento dos próprios operadores no terreno, no sentido de garantir elevados níveis de organização e excelência operacional. A informação, sistematicamente recolhida nas diversas áreas, é registada e armazenada numa base de dados central que gera, automaticamente, relatórios visuais que são publicados nos quadros de equipa das várias plataformas e que alimentam, de seguida, o ciclo de melhoria contínua. Ainda em 2015, foi iniciado, em conjunto com o Kaizen Institute, um projeto de implementação e reforço de uma dinâmica de melhoria contínua, diária, nas diversas equipas operacionais. O projeto visa aumentar a eficiência operacional através de um envolvimento maior e mais profundo de todos os colaboradores na identificação e implementação de melhorias nas áreas e nos processos. Esta dinâmica é desenvolvida a partir de reuniões e quadros de equipa, orientados à realidade de cada área, e suportada por formações e sessões de orientação realizadas com a própria equipa de operadores.

Ao longo do ano foram revistos e melhorados vários processos internos, dando especial atenção àqueles com maior relevância junto do cliente, no sentido de os simplificar e agilizar, tornando a nossa operação mais adaptada às suas necessidades. Exemplo disso são as alterações realizadas no processo de reintegração em stock de produtos provenientes de devolução. O processo foi simplificado, a possibilidade de erro foi drasticamente diminuída e o tempo de reintegração em stock, e a consequente disponibilização do produto para venda, foi reduzido em cerca de 2,5 dias. Também a preparação de encomendas com recurso a picking por voz foi reforçada, diminuindo o tempo de operação. O processo de inventários passou a ser realizado sempre com informação de lote e prazo de validade, reforçando ainda mais o controlo de existências. Reestruturámos algumas áreas dos nossos armazéns no sentido de os dotar de maior capacidade de arrumação e picking. **Aumentámos em cerca de 400 paletes a capacidade total de armazenamento.**

Na sequência das medidas de sustentabilidade energética que têm vindo a ser implementadas no seio do Grupo Cooprofar-Medlog ao longo dos últimos anos, demos início à realização de uma Auditoria Energética tendo em consideração os requisitos específicos constantes do Decreto – Lei nº 68-A/2015. A aplicação desta metodologia visa a identificação e redução de todo o tipo de ineficiências energéticas permitindo poupanças consideráveis, bem como, reforça a consciencialização para a importância da utilização racional de energia nas estruturas do grupo. No ano de 2015, mantivemos os elevados níveis de exigência de qualidade de picking dos anos anteriores. Continuámos a garantir aos nossos clientes os padrões habituais de qualidade de serviço, **mantendo, ao longo do ano, a precisão de picking entre os 99,98% e os 99,99%.**

Alguns Números	
Unidades movimentadas	51.088.474
Linhas preparadas)	16.854.647
Encomendas processadas	1.579.547
Unidades tratadas nas devoluções	1.533.774

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016

A focalização no cliente, a flexibilidade e a eficiência continuarão a ser as grandes linhas de orientação da área de Logística do Grupo Cooprofar-Medlog para o ano de 2016. Continuaremos a adaptar a nossa operação, as nossas ferramentas de trabalho e os nossos processos internos para estarmos no dia-a-dia, todos os dias, cada vez mais ao lado dos nossos clientes, colaborando ativamente na procura de soluções sustentáveis e inovadoras que representem benefícios e acrescentem valor.

“mantendo, ao longo do ano, a precisão de picking entre os 99,98% e os 99,99%.”

Transporte de Produtos de Saúde

No ano de 2015, verificou-se um crescimento de 5% da atividade da Dismed, facto que resultou da angariação de novos clientes, bem como, do alargamento do serviço adjudicado à Dismed por parte de clientes já existentes. De forma a melhor promover os serviços da Dismed – inserida no Grupo Cooprofar-Medlog -, participou-se em diversos seminários do setor, colocando-se também uma nova imagem institucional nas viaturas de distribuição (publicidade Cooprofar-Medlog).

Com o objetivo de potenciar a eficiência da rede de distribuição, desenvolveu-se estudo com uma entidade externa que permitiu validar o modelo de distribuição então adotado.

**Em 2015, procedeu-se à renegociação de contratos quer com fornecedores, quer com clientes.**

Contribuiu, ainda, para o crescimento da Dismed a introdução de alterações ao nível da atividade dos subcontratados, adjudicando-se um conjunto de rotas que permitiram obter um melhor compromisso dos custos da operação e carga afeta à equipa Dismed.

No domínio da frota automóvel, manteve-se a política de renovação, incrementando-se os mecanismos de controlo ao nível do cumprimento das Boas Práticas de Distribuição (total rastreabilidade da temperatura nas várias etapas da cadeia de distribuição).

As auditorias realizadas à distribuição com meios próprios e a subcontratados, também contribuíram para a obtenção da excelência ao nível das operações de transporte e distribuição.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016

Para 2016, pretende-se canalizar esforços na prospeção e captação de novas oportunidades de negócio ao nível da distribuição especializada de produtos de saúde, A eficiência do processo de distribuição manter-se-á como uma prioridade, continuando a prática de uma política de melhoria contínua.

Comércio Internacional

Na área do Comércio Internacional, o Grupo Cooprofar-Medlog fortificou, em 2015, as relações comerciais e o volume de negócios refletiu, por isso, um crescimento significativo, cifrando-se, em 2015, em 40.329.568€ face aos 28.359.309 € alcançados em 2014.

Estes números alcançados, fruto da estratégia de internacionalização iniciada há alguns anos, continua a ser potenciada e intensificada, fundamentalmente na dinamização dos PALOPS.

Os continuados reforços da operação de Angola, através do alargamento das ações de maior controlo, acompanhamento e monitorização, têm permitido obter, todos os anos, novas oportunidades de negócio através de alianças estratégicas com a Indústria Farmacêutica para estes mercados.

Depois de durante o ano de 2013, o Grupo Cooprofar-Medlog ter aberto a porta à exploração de mercados de Leste, Médio Oriente e Ásia (Macau), em 2015 continuou a intensificar e alargar os contactos e incrementar as relações comerciais para estes mercados.

Para 2015, manteve-se a aposta na exportação de um know-how que o Grupo Cooprofar-Medlog constrói há já 40 anos, bem como, a exploração de oportunidades para estabelecer alianças estratégicas com parceiros de negócio. Reforçado, será, também o objetivo de levar soluções logísticas inovadoras e serviços globais além-fronteiras, personalizando a cada mercado e cada cliente. O desenvolvimento de redes colaborativas com a indústria farmacêutica e os agentes locais é outro ponto estratégico a robustecer ao longo de 2016.

Evolução do volume de negócios e Margem (2013-2015)

	2013	2014	2015
Evolução do volume de negócios	23.646.505€	28.359.309€	40.329.568€
Margem	3.407.105€	3.601.901€	3.620.579€

PRINCIPAIS AÇÕES DE 2015:

Reforço das relações comerciais para os mercados de Leste, Médio Oriente e Ásia (Macau).  
Exploração de novas oportunidades de negócio através de alianças estratégicas com parceiros  
Serviços de Marketing direcionados

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016

Aumentar e desenvolver a colaboração entre a indústria farmacêutica (agência) e agente locais  
Central de Compras e serviços para os agentes locais  
Fornecimento internacional a entidades públicas  
Operação 3PL em Angola/ África  
Serviços de Marketing para a área da saúde  
Serviço de distribuição grossista em Angola  
A maior e melhor rede de farmácias em Angola  
Replicar o modelo de distribuição e retalho em Moçambique  
Parceria numa operação 3PL no Dubai para o Médio Oriente e Magreb

# Análise Económico-Financeira

Grupo Coopprofar-Medlog

“(...) redução da dívida bancária líquida em 12,3 milhões de euros (...)”

## Análise Económico-Financeira

O ano de 2015 voltou a ser um importante marco no desempenho económico-financeiro do Grupo Coopprofar-Medlog. Desde logo, pelo aumento dos lucros (1.693 mil euros) mas, não menos importante, pelo desejável e procurado resultado operacional, o qual foi possível suplantar o ano transacto (3,583 milhões de euros). Este desiderato operou-se num quadro em que o volume de negócios assinalou um incremento de 6%, fixando-se nos 381,554 milhões de euros, a margem bruta acompanhou esse impulso, aumentando 4,11% (ascendendo a 30,257 milhões de euros) e o EBITDA reforçou-se em 10,72%, atingindo os 7,726 milhões de euros

### Principais indicadores económico-financeiros, 2015-2014

	2015	2014
EBITDA*/VN	2,0%	1,9%
Juros Suportados/EBITDA	30%	40%
Rendibilidade Operacional das Vendas	0,9%	0,7%
Rendibilidade do Ativo	1,75%	0,7%
Liquidez geral	1,17	1,11
Peso do Passivo Remunerado	36%	49%
Estrutura de Endividamento	93%	93%
Autonomia Financeira	22,3%	19,7%
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	3,5	5,4
Tempo médio de recebimento (dias)	45,8	57,54
Tempo médio de pagamento (dias)	41,4	39

“(...) circunstância que redundou na melhoria generalizada dos indicadores de risco do negócio (...)”

\*EBITDA: acertado pelas perdas/reversões com Imparidades

No domínio da atividade estritamente operacional, o ano de 2015 revelou-se claramente risonho e promissor, também na área financeira se operaram progressos assinaláveis. Com efeito, destaca-se a queda do peso do passivo remunerado em 13 pontos percentuais (o qual se passa a cifrar nos 36%), consequência de uma redução da exposição bancária em 12,3 milhões de euros, e a concomitante redução dos encargos financeiros que se materializou em, aproximadamente, 476 mil euros (17,19%). Não despendendo foi também o continuado trabalho realizado junto de clientes e fornecedores, tendente a conferir mais conforto à situação da tesouraria. Como corolário, o tempo médio de pagamento a fornecedores dilatou-se em aproximadamente 3,5 dias (passou, em 2015, para 36,5 dias) e o tempo médio de recebimento de clientes encurtou-se em, aproximadamente, 12 dias, fixando-se agora próximo dos 45,8 dias.

A maior eficiência exibida ao nível do desempenho económico pelo Grupo Coopprofar-Medlog tem sido estrategicamente acompanhada de uma maior eficácia na sua performance financeira, circunstância que redundou na melhoria generalizada dos indicadores de risco do negócio, designadamente em rácios como o da Dívida Financeira Líquida/EBITDA e o dos Juros Suportados/EBITDA. No primeiro caso, a redução da dívida financeira e o reforço do cash-flow de exploração, permitiu melhorar este rácio em 1,9 pontos, fazendo-o cair de 5,4, em 2014, para 3,5, em 2015, facto que espelha a maior capacitação do Grupo em libertar meios tendentes a fazer face à dívida bancária. O segundo indicador coloca em evidência a melhor performance exibida pelo Grupo, quer sob o prisma operacional quer na função financeira. Com efeito, se em 2015 os juros suportados “engoliam” cerca de 39,7% do EBITDA libertado pela exploração, em 2015 apenas representam 29,7%. Por sua vez, a Autonomia Financeira saiu também robustecida (2,6%) fixando-se em 2015 nos 22,3%.

As demonstrações financeiras, relativas a 2015, mais uma vez sinalizam de forma inequívoca que o Grupo Coopprofar-Medlog encetou uma nova trajetória de consolidação, marcada pela obtenção de níveis assinaláveis de lucratividade operacional, sem descuidar a libertação dos necessários meios de exploração e acautelando o redimensionamento do passivo onerado, vetores indispensáveis ao reforço continuado e sustentável da posição económico-financeira, a qual atualmente se revela estável.

# Atividade do Grupo

Grupo Coopprofar-Medlog

## Aprovisionamento e Compras

No setor do Aprovisionamento e Compras o Grupo Coopprofar-Medlog manteve, em 2015, a aposta em critérios de melhoria contínua e racionalidade económica que permitiram otimizar os processos de abastecimento nos armazéns, tornando-os mais eficazes e eficientes no sentido de responder àquela que é a sua prioridade: prestar o melhor serviço ao cliente.

A estratégia implementada resultou numa significativa diminuição das faltas nos processos de encomenda, um resultado indicador das boas práticas que têm norteado o Grupo.

Para a redução das faltas nos processos de encomenda contribuíram, medidas de reforço nos processos internos de arrumação, controlo e verificação de inventário.

“significativa  
diminuição das  
faltas nos  
processos de  
encomenda.”

## Evolução da estrutura de encomendas a fornecedores, 2013-2015

	2013	2014	2015
Encomendas	26.259	26.643	38.400

## Evolução das faltas nos processos de encomenda, 2013-2015

	2013	2014	2015
Faltas	4,99%	4,60%	3,01%

## LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016

Continuidade da melhoria – agilidade e rapidez - no processo de vendas diretas  
 Otimização de stocks e minimização de faltas  
 Promoção de parceiras tripartidas: Laboratório-Coopprofar-Farmácia  
 Aumento das parcerias com laboratórios  
 Melhoria contínua das condições de compra

Marketing e Serviços

Em 2015, objetivo de implementar as orientações estratégicas do Grupo Cooprofar-Medlog e com o objetivo de reputar e dar notoriedade ao Grupo foram desenvolvidos vários projetos e ações de Marketing visando diversos público-alvo.

O início do ano ficou marcado pelo desenvolvimento de uma ferramenta de comunicação direcionada para o cliente e utilizada via tablet pelos Gestores de Cliente nas visitas às farmácias.

Outro facto assinalável foi o lançamento, em abril, do projeto «O Meu Armazém Online» - um serviço de suporte técnico que engloba Portal da Cooprofar + Gadget (nova versão 4.0) e que veio permitir novas potencialidades e funcionalidades que simplificam o negócio entre Cooprofar e Farmácia.

A comunicação externa dirigiu-se essencialmente a clientes e parceiros, continuando a assumir maior expressão a eleição dos suportes de comunicação digitais. O Marketing Digital foi dinamizado com o objetivo de corporizar uma forma atual, célere e eficaz de comunicar com clientes e parceiros.

Relativamente à mais recente aposta de comunicação digital - o Infomail (que se traduz na divulgação de campanhas comerciais e de comunicados informativos) foram enviados 86 infomails entre janeiro e dezembro de 2015. Potenciar as vendas e aumentar o engagement com os clientes têm sido os objetivos propostos e alcançados.

Ao nível da Comunicação de Reputação do Grupo, 2015 ficou essencialmente marcado pelas Ações de Proximidade praticadas junto dos clientes e atividades relacionadas com a comemoração dos 40 anos da Cooprofar, com destaque para dois momentos especiais: o evento de aniversário da Cooprofar (23 de maio) e uma Gala Comemorativa do 40º aniversário que juntou colaboradores, clientes e parceiros de negócio.

Ainda no âmbito da celebração do 40º aniversário, o mês de maio destacou-se pela inauguração de um Mural designado «Essência Cooprofar», num evento que reuniu clientes e fundadores na data de nascimento da Cooprofar – 23 de maio.

As iniciativas alusivas ao aniversário tiveram como mote «40 anos de Proximidade» e, por isso, foi criada uma nova imagem para ilustrar a frase comemorativa. Esta foi divulgada e partilhada nos vários suportes de comunicação da Cooprofar, desde os portais, redes sociais, assinatura de email, publicações (newsletters e revista) e, ainda, na frota. Marcou, também, a agenda do Grupo, em 2015, o lançamento de campanhas que se traduziram em ações de proximidade e que tiveram como objetivo promover a saúde e valorizar o papel das farmácias de norte a sul do país. As duas campanhas intitularam-se: «A compra de medicamentos online pode matar» e «Antibióticos: Use, mas... não abuse». Ambas registaram uma grande adesão por parte das farmácias e obtiveram um grande eco nos Média.

No âmbito das ações de Proximidade, decorreram outras iniciativas em torno da Formação Cooprofar que tiveram como mote «Equipa Mobilizadora - A Nova Energia das Farmácias». A Cooprofar deslocou-se ao encontro dos seus clientes tendo realizado ações em Valença, Viana do Castelo, Braga Gondomar, Aveiro, Lisboa, Bragança, Viseu, e Vila Real.

Em fevereiro, foi lançado o Prémio Forma+ que teve como objetivo distinguir e dar notoriedade às Farmácias que investem em Formação, realçando o valor da Excelência em Formação e, em resultado disso, a preferência pela Cooprofar.

O longo percurso de quatro décadas foi celebrado, também, junto dos colaboradores com uma caminhada de 10 km por terras de Valongo, naquela que foi uma ação de marketing interno. Outra ação deste foro - a pensar em aumentar a energia e promover a saúde da equipa Cooprofar-Medlog -, traduziu-se na oferta a todos os colaboradores de uma embalagem de um suplemento vitamínico.

A fechar 2015, reuniu-se no Centro de Congressos da Alfândega, amigos, clientes, parceiros e colaboradores num evento em formato de Gala que imortalizou os 40 anos da Cooprofar e que culminou com a oferta a todos os convidados, de um azulejo alusivo ao Mural que existe na sede da Cooprofar, em Gondomar.

Por altura do Natal, foram ainda produzidos dois tipos de Kits para Farmácia distintos que foram distribuídos pelos clientes de acordo com a sua segmentação.

Relativamente à participação em eventos mediáticos, a marcar a agenda estiveram iniciativas que acrescentaram conhecimento, visibilidade e notoriedade ao Grupo quer ao nível nacional, quer internacional.

Foi notícia:

Cooprofar celebra os 40 anos em Gala na Alfândega do Porto	Grupo Cooprofar-Medlog presente nos 30 anos do Kaizen Institute
Cooprofar lança campanha de sensibilização para o uso racional de	Cooprofar entrega PRÉMIOS FORMA+ e mobiliza energia das Farmácias
Apresentada 2ª edição do livro Gemba Kaizen que reporta case-study do Grupo	Campanha nas farmácias alerta para perigos de compra de medicamentos
Cordialidade, união e sucesso marcam celebração dos 40 anos da Cooprofar	Cooprofar simplifica negócio das farmácias com O MEU ARMAZÉM ONLINE
Formação Cooprofar: A valorizar farmácias desde 2004	Grupo Cooprofar-Medlog renova certificação da SA8000

Suportes de Comunicação:

Em 2015, deu-se continuidade à produção dos vários suportes de comunicação transversais ao Grupo Cooprofar-Medlog: Newsletter diária – Clipping Cooprofar; Newsletter mensal - My Medlog; Newsletter semanal - Formação Cooprofar, Newsletters mensais Mercafar – Comunicação Angola. Foram ainda desenvolvidos diversos produtos de comunicação tais como: o Relatório e Contas 2014 para todas as empresas do Grupo, o calendário 2016, brochura, apresentações digitais, anúncios para eventos externos, roll-ups, entre outros, tipos de suportes comunicacionais ajustados aos eventos em o Grupo marcou presença ou patrocinou.

Ao nível das publicações, introduziram-se duas alterações em dois segmentos: resultado de um processo de rebranding, a newsletter diária Clipping Medlog passou a designar-se: Clipping Cooprofar. Também a revista My Cooprofar foi alvo da criação de um novo layout, apresentando-se, em 2015, com um novo “rosto”.

Responsabilidade Social:

Em 2015, mantivemos as nossas várias certificações, nomeadamente, o Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SA 8000) implementado e a renovação das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e da Inovação (NP ISO 9001 e NP 4457 IDI), resultante de auditorias protagonizadas, pela entidade líder mundial em certificações -SGS.

Inseridos na Responsabilidade Social Empresarial (RSE) estão diversos projetos que têm dado corpo à efetiva preocupação social do Grupo, nomeadamente, no envolvimento com a comunidade. Destacam-se as contribuições (donativos materiais) com diversas instituições, com maior frequência para as que se dedicam ao apoio de crianças com cancro (ACREDITAR), jovens em risco (Instituto Profissional do Terço), apoio ao idoso (Alzheimer Portugal), entre outras.

Ao nível da inclusão social, no total acolhemos cerca de 16 utentes/formandos em contexto real de trabalho, o que reflete o nosso comprometimento comunitário e o reconhecimento social.

Serviços

O portefólio de serviços de Marketing manteve-se como força ativa de obtenção de lucro, renovando o seu papel dinamizador de vendas do Grupo.

Entre os diversos serviços e produtos de Marketing destacaram-se a Formação Cooprofar, o Street-Marketing, Outbound, a divulgação de campanhas no Gadget e Publireportagens nos suportes de comunicação do Grupo (Revista My Cooprofar, Clipping Cooprofar e Redes Sociais).

Em 2015, foram vários os acordos celebrados com base na aquisição de serviços Cooprofar pela Indústria Farmacêutica: Pfizer, Korangi; Laboratórios Edol, Ampliphar, Abbott Laboratórios, GSK, Beiersdorf Portuguesa, Medinfar, Nutricia, Gideon, Milupa, Laboratórios Kin, Merial, Sesderma, Gestafarma, Dietimport, Procter & Gamble Portugal, Saninter, Biolutus, Ampliphar.

Formação Cooprofar 2015

A Formação Cooprofar realizou em, 2015, mais de 30 cursos que contaram com quase 1000 formandos.

Em 2015, o rigor, a qualidade e o valor mantiveram-se como os pilares fundamentais na transmissão dos conteúdos formativos. Neste sentido, a Cooprofar renovou a eleição de um quadro docente especializado nas mais diversas áreas e realizou parcerias sólidas, ora com conceituadas instituições de ensino (Porto Business School), ora com a Indústria Farmacêutica.

No seguimento da política de proximidade com o cliente, estas ações foram realizadas em diversos locais do país de forma a proporcionar maior facilidade de acesso por parte dos formandos e conquistando, deste modo, adesão, satisfação e fidelização.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016

- Lançamento da nova assinatura
- Criação e lançamento dos novos portais
- Lançamento de nova versão da Gadget (5.0)
- Aquisição de uma nova plataforma digital multifuncional que gere canais de comunicação de forma integrada e controlada: E-GOI
- Publicação da 2ª Edição do Manual do Cliente
- Atualização da Brochura de Vendas Diretas
- Aumento da abrangência da atividade operacional do SAC – Serviço de Apoio ao Cliente
- Formação Cooprofar: aquisição de um software de Gestão
- Formação Cooprofar: certificação através da DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho)
- Formação Cooprofar: 2ª edição do Prémio Forma+
- Formação Cooprofar: realização de novas ações de proximidade
- Lançamento de novas campanhas no âmbito da saúde e da valorização do papel da Farmácia abordando temas como «Infeções Respiratórias nas Crianças» e «Vacinação»
- Produção de novos materiais: cadernos, capas, lápis e esferográficas.
- Criação da comunidade de atividades Cooprofar no âmbito de ações desportivas
- Aquisição de Máquina Fotográfica
- Aquisição de um Datashow

Eventos:

- Participação no Supply Chain Meeting 2016
- Participação 1st BME Global Pharma Supply Chain Congress
- Evento Cooprofar-Medlog

Recursos Humanos

Desenvolvimento organizacional:

Em 2015, ano que celebrámos os 40 anos de existência e continuamos a apostar nesta área de atuação tendo como principais objetivos a criação de um critério de identificação dos colaboradores em relação à organização, procurando a motivação e o compromisso, partilha de objetivos comuns e o aumento de lealdade, além do desenvolvimento do espírito de equipa por meio da integração e da interação dos colaboradores, bem como, o aperfeiçoamento da perceção comum sobre o ambiente externo a fim de facilitar a adaptação de toda a organização.

Assim, em março de 2015, iniciámos o projeto intitulado «Sempre em Excelência» em que os desafios propostos assentam, essencialmente, em três grandes pilares:

- Maior espírito de equipa
- Melhor comunicação interna
- Maior clareza, abertura e pragmatismo na comunicação

Neste projeto estiveram envolvidos cerca de 205 colaboradores com diversas ações desde observação e entrevista on the job, grupos de referência com recolha de informação e por fim formação.

Acreditamos que, com este projeto, vamos reforçar a imagem do Grupo e manter a excelência e a proximidade do nosso serviço ao Cliente, algo que faz parte do nosso ADN.

Mantivémos igualmente o foco da gestão do clima organizacional e da gestão da proximidade, aspetos essenciais, na valorização dos colaboradores, pelo que, voltámos a participar no maior estudo de satisfação de colaboradores em Portugal, desenvolvido pela entidade Heidrick & Struggles em parceria com o jornal Económico denominado: Prémio de Excelência no Trabalho 2015.

Iniciámos, em 2015, um projeto intitulado “Portal do Colaborador” que consiste num portal com processos de recursos humanos com vista à simplificação e ganhos de eficiência que se traduzem na redução de custos e tempo. Com efeito, este portal tem como objetivo facilitar a interação com o usuário (colaborador), disponibilizar informação, permitir o registo/alteração de dados dos mesmos, e agilizar processos e procedimentos numa ótica de responsabilidade partilhada.

Práticas de recursos humanos:

No Grupo, as atividades de gestão de recursos humanos possuem um impacto muito significativo no desempenho e na realização (performance) individual e por conseguinte, na produtividade e na realização global da organização, focando a sua estratégia na otimização da eficiência e aumento da produtividade.

Ora, seguindo esta metodologia, mantivemos o nosso modelo de gestão de desempenho - que teve início em 2010 - e tem por base critérios qualitativos: tudo o que envolve atitudes e comportamentos (confiança e inovação), e critérios quantitativos: indicadores numéricos resultantes da sua atividade (operacionalidade e produtividade na função), abrangendo as mesmas áreas operacionais.

Em simultâneo e atentos à valorização do nosso capital humano, no final do ano, estabelecemos criar um novo modelo de gestão desempenho para 2016 destinado a todas as restantes áreas da organização com uma metodologia assente no compromisso e no envolvimento.

Durante 2015, continuámos a apostar numa política de incentivo e inserção de novos colaboradores no mercado de trabalho, acreditando num processo contínuo de aprendizagem e de criação de valor após a ingressão no Grupo e de igual forma, obter os apoios/medidas existentes para o efeito, nomeadamente:

**Estágio emprego** - Estágios com a duração de 9/12 meses (conforme idades), tendo em vista promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados.

Nº estagiários	Comparticipação IEFP
4	15.471,72 €

**Medida Incentivo Emprego** - Apoio financeiro aos empregadores que, entre 1 de outubro de 2013 e 30 de setembro de 2015, celebrem contratos de trabalho regulados pelo código de trabalho. Concede 1% remuneração de cada colaborador.

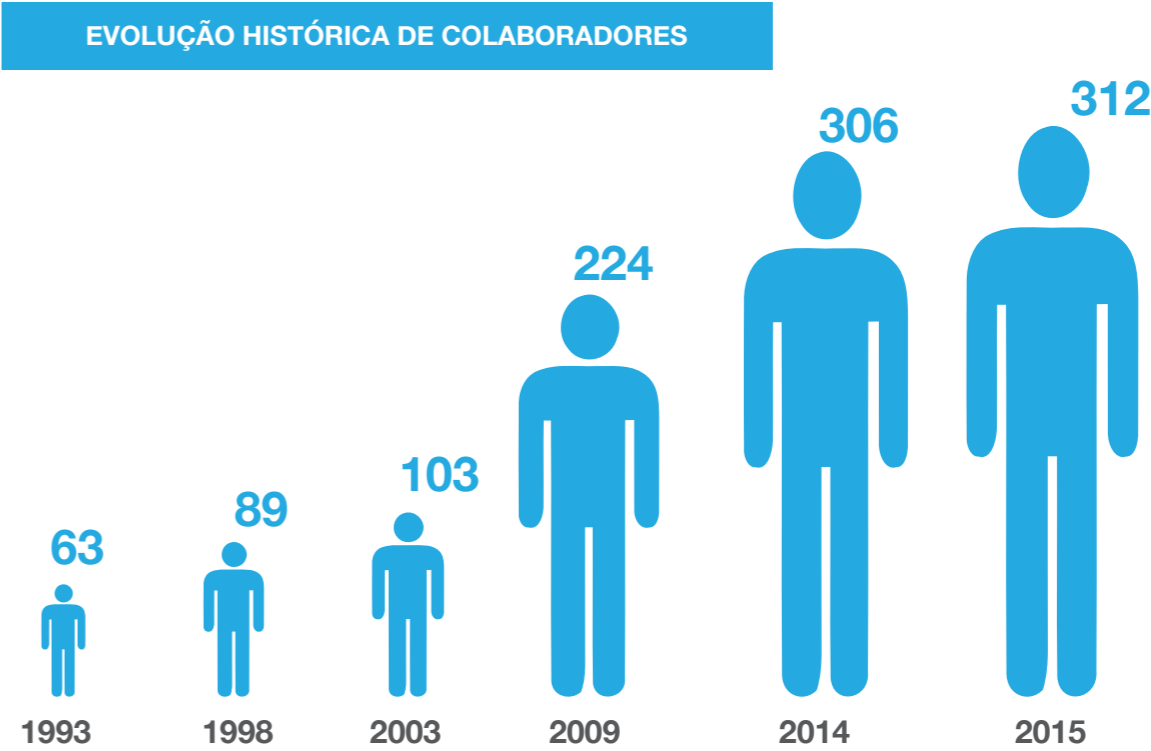
Nº colaboradores	Comparticipação TSU
30	2.842,65€

**Medida Estímulo Emprego** - Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho a termo certo por prazo igual ou superior a 6 meses ou contratos de trabalho sem termo, a tempo completo ou a tempo parcial, com desempregados inscritos nos serviços de emprego, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

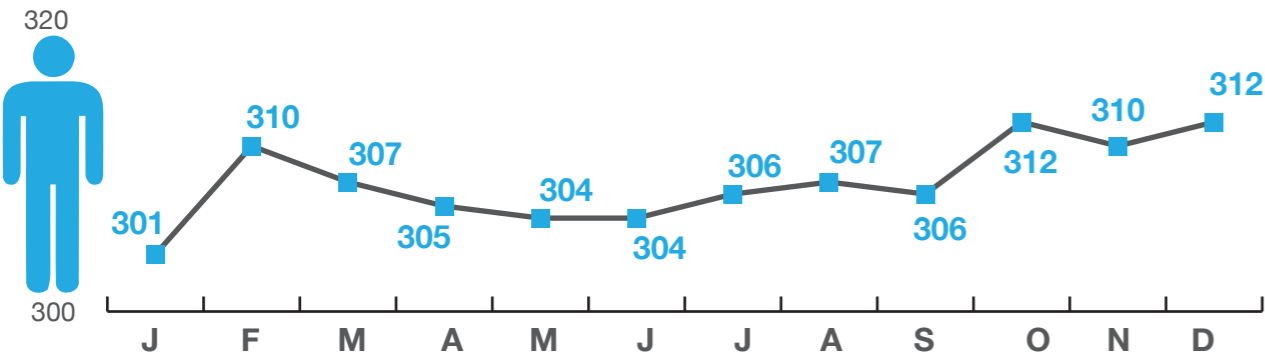
Nº colaboradores	Comparticipação IEFP
3	3.772,98 €

**Formação:**  
A formação incidiu especificamente ao nível das boas práticas e processos de melhoria internos. Foi ministrada formação a **274 colaboradores** com um total de **3541 horas**.

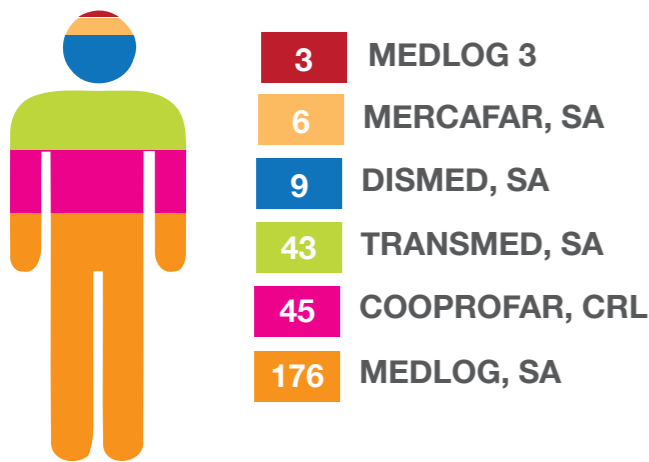
**Saúde, higiene e segurança no trabalho:**  
No que diz respeito a esta matéria, os serviços de segurança e higiene no trabalho estão abrangidos na atividade de identificação, avaliação e controlo de riscos profissionais e das necessidades de informação e formação associadas, no sentido da melhoria contínua das condições de trabalho. Assim, foram realizadas várias ações neste âmbito, nomeadamente, formação de colaboradores em segurança, higiene e saúde no trabalho em parceria com a entidade de Serviços Médicos. Mantivemos a realização dos exames médicos periódicos para todos os colaboradores. Estabelecemos uma política de melhoria contínua dos serviços disponibilizados aos colaboradores, nomeadamente protocolos, rastreios e parcerias nesta área.



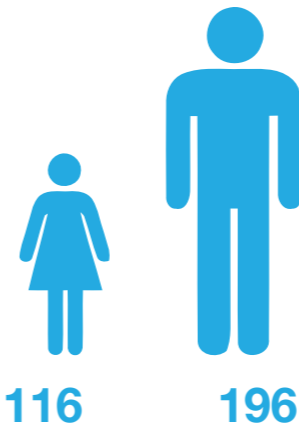
EVOLUÇÃO ANUAL DOS COLABORADORES 2015



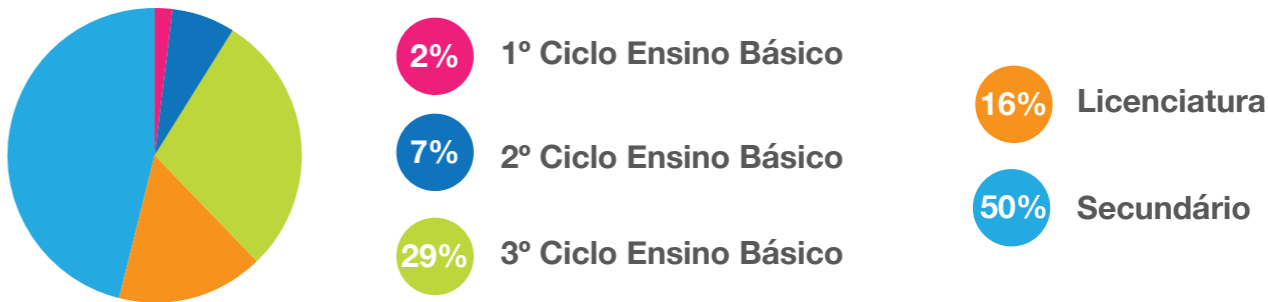
DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR EMPRESA



DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO CONSOLIDADA



DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÕES LIITERÁRIAS CONSOLIDADA



OUTROS INDICADORES RELEVANTES

Nº médio colaboradores ano	307
Nível etário (média idades)	38,13
Taxa de Absentismo	3,02%
Taxa de rotação de colaboradores	1,10%
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	8,01%

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016  
Continuação do projeto intitulado «Sempre em Excelência»

Sistemas de Informação e Inovação

Em 2015, o Grupo Cooprofar-Medlog realizou um vasto conjunto de atualizações tecnológicas no seu sistema de informação, fundamentais para sustentar a evolução das restantes áreas da empresa e desenvolver e disponibilizar serviços e ferramentas diferenciadoras, interna e externamente, permitindo estreitar, cada vez mais, a ligação com clientes e outros parceiros de negócio.

A infra-estrutura de base de dados de suporte ao sistema de informação do Grupo foi atualizada e reforçada com recurso a tecnologia Oracle de última geração. Aspetos como tolerância a falhas, alta disponibilidade, proteção dos dados, segurança e velocidade de acesso à informação, foram decisivos nas opções assumidas. Foi instalado um sistema constituído fundamentalmente por uma Oracle Exadata Database Machine X5-2 para produção e de uma Oracle Database Appliance X5-2 para proteção ativa de dados e continuidade de negócio. Todas as bases de dados do grupo foram centralizadas e replicadas nesta infra-estrutura.

Na sequência dos processos de melhoria contínua sempre presentes na organização, foram desenvolvidas e melhoradas várias funcionalidades do sistema de informação para as diferentes áreas da empresa, com especial relevo nas áreas Comercial e de Apoio ao Cliente. São disso exemplo os desenvolvimentos realizados na ferramenta PharmaSales de apoio às equipas de vendas do grupo, os interfaces e relatórios de suporte para a gestão e manutenção de campanhas de marketing, as novas funcionalidades integradas na aplicação FarmaGrupos, entre outros. Implementámos o projeto Via Verde do Medicamento. Atualizámos o sistema de gestão documental. Aperfeiçoámos os algoritmos de compras, melhorando a sua autonomia e aumentando a confiança na sugestão.

Os sistemas de apoio à decisão e de Business Intelligence foram desenvolvidos e atualizados, tornando-se mais estruturados e agregando maior quantidade de informação, interna e externa. Foram criadas novas áreas de informação departamental e setorial, desenvolvendo-se o conceito de DataMart. O controlo de acessos foi, naturalmente, revisto e segmentado.

A plataforma de suporte aos serviços de Internet e Intranet do Grupo foi migrada para a sua versão mais atual, reforçando os aspetos relacionados com a ergonomia e a mobilidade das aplicações, tornando os portais e websites do grupo ajustáveis e acessíveis com todas as suas funcionalidades em dispositivos como smartphones ou tablets, permitindo colocar a informação, sempre atualizada, cada vez mais próxima dos nossos clientes. Neste processo reforçámos a segurança, a capacidade de resposta dos portais e aumentámos a rapidez no acesso à informação.

No primeiro semestre de 2015, lançámos o Meu Armazém Online 4.0, com novas funcionalidades mas mantendo a simplicidade e a rapidez habituais que o distinguiram.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016

Continuamos a ouvir os nossos clientes e a ir ao encontro das suas necessidades, pelo que, foi desenvolvido o Meu Armazém Online 5.0 que está já pronto para lançamento em 2016. Restrukturámos os portais internos, tornando-os mais adequados às necessidades do Grupo, e já foi iniciado o processo de alteração dos portais externos e das páginas institucionais, aumentando a sua vertente colaborativa e a sua vocação omnicanal.

“lançámos o Meu Armazém Online 4.0, com novas funcionalidades”

Técnico e Qualidade

Verificação da Conformidade

Sistema de Gestão

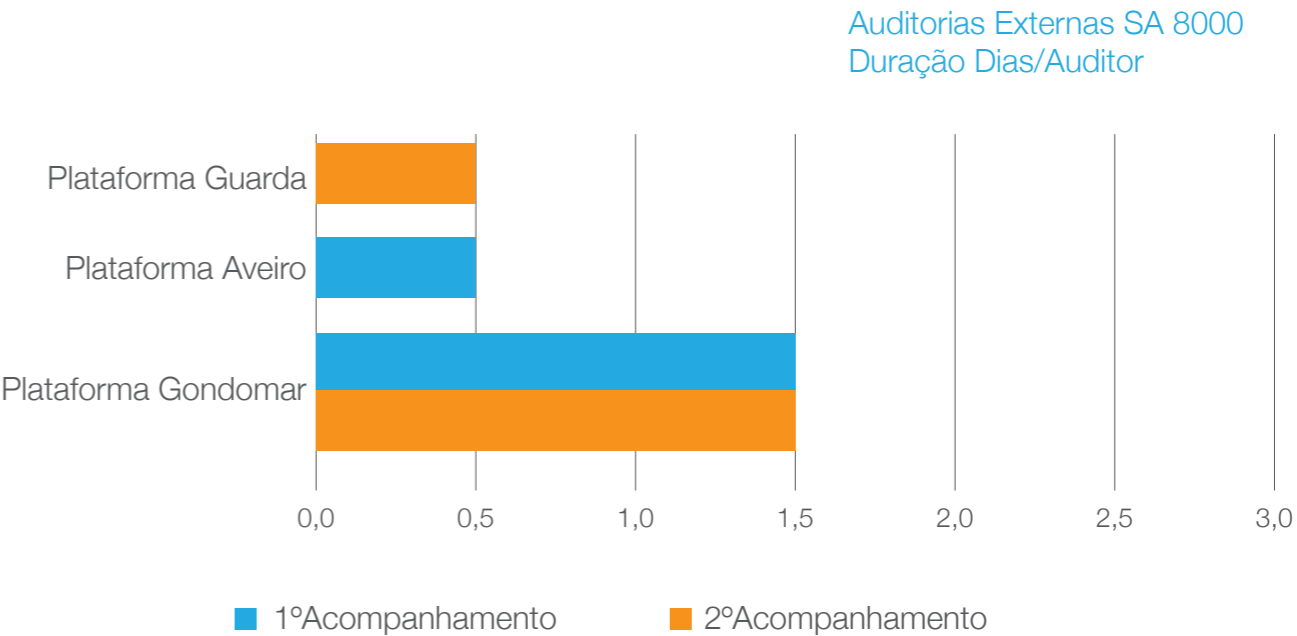
O objetivo das auditorias realizadas durante o ano de 2015 pela entidade externa SGS foi aferir da conformidade do Sistema de Gestão com vista a concluir se estavam reunidas as condições para a manutenção das certificações atribuídas.

Os resultados dos processos de auditoria externa foram conducentes à manutenção das certificações tendo na sequência da Auditoria ao Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma NP EN ISO 9001:2008 e ao Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação segundo a Norma Portuguesa NP 4457:2007, sido concluído pela Equipa Auditora que “O sistema de gestão: está, globalmente, concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos das normas de referência; e demonstra aptidão para, de uma forma consistente, cumprir os requisitos aplicáveis, e atingir os objetivos e realizar as políticas da Organização.”

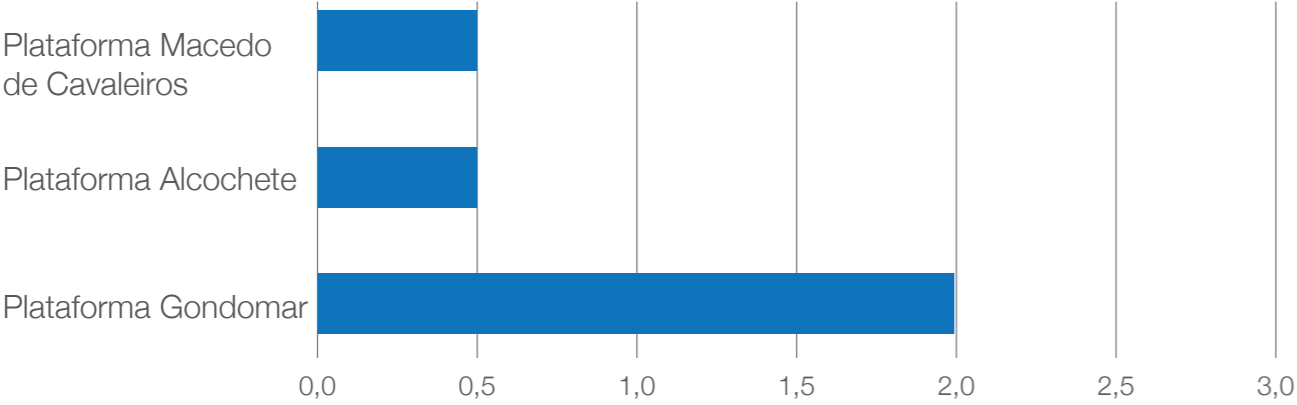
As duas auditorias externas realizadas no âmbito da Norma Internacional SA 8000, resultaram igualmente num parecer favorável à manutenção desta certificação.

Para que os resultados expressos pudessem ser concretizados foi necessário desenvolver todo o conjunto de atividades inerentes ao cumprimento das referidas normas, designadamente ao nível da monitorização através dos indicadores de desempenho dos processos, tendo subjacente o princípio da melhoria contínua, como também ao nível da verificação da conformidade através da realização de auditorias internas. De ambas as atividades resultou a deteção de diversas oportunidades de melhoria e não-conformidades, que desencadearam a implementação de ações de melhoria ou ações preventivas, e ações corretivas, respetivamente.

Durante o ano de 2015, as auditorias externas implicaram a alocação de um total 7 dias, com a distribuição abaixo representada

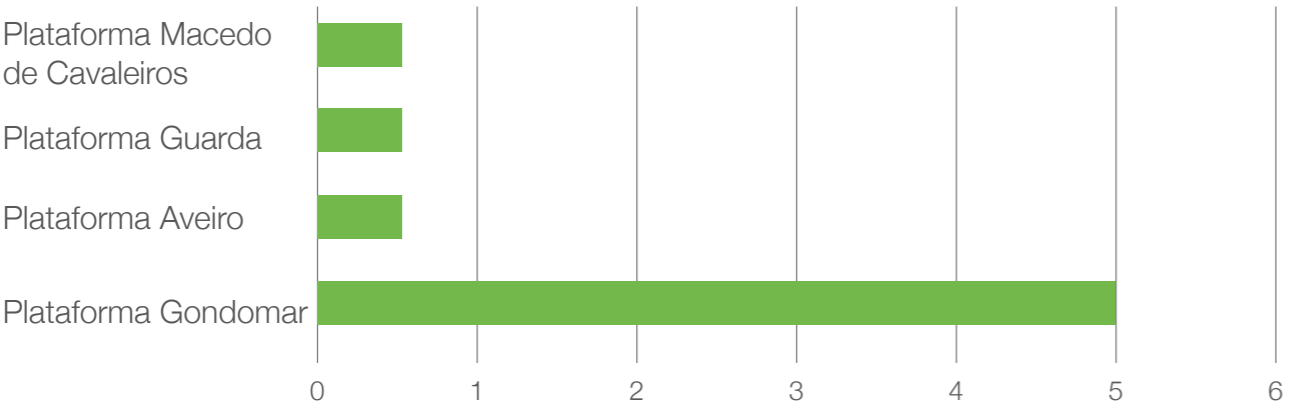


Auditoria Externa ISO 9001:2008 / NP 4457:2007  
Duração - Dias/Auditor



Também ao nível das auditorias Internas se verificou um investimento significativo, tendo estas totalizado em termos de duração 6,5 dias de auditoria

Auditorias Internas ISO 9001:2008 /NP 4457:2007 / SA 8000  
Duração - Dias/Auditor



Entidade Reguladora

Ainda no âmbito da verificação da conformidade destaca-se a realização durante o ano de 2015 de 2 momentos inspetivos por parte da entidade reguladora INFARMED, I.P., realizados em simultâneo nas instalações do Grupo, sitas em Gondomar.

Uma das inspeções foi efetuada no âmbito da atividade da Cooprofar, C.R.L. tendo em vista a avaliação da conformidade face às Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos, com o objetivo da emissão da licença no novo formato europeu, a qual tem também associado um Certificado BPD. O segundo ato inspetivo visou igualmente a avaliação da conformidade face às Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos, sendo contudo o foco deste a empresa Medlog, S.A. e decorreu da apresentação do pedido de licenciamento da atividade desta entidade na plataforma de Gondomar.

Uma das inspeções foi efetuada no âmbito da atividade da Cooprofar, C.R.L. tendo em vista a avaliação da conformidade face às Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos, com o objetivo da emissão da licença no novo formato europeu, a qual tem também associado um Certificado BPD. O segundo ato inspetivo visou igualmente a avaliação da conformidade face às Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos, sendo contudo o foco deste a empresa Medlog, S.A. e decorreu da apresentação do pedido de licenciamento da atividade desta entidade na plataforma de Gondomar.



Prestação de Serviços de Logística e Transporte

A prestação de serviços de logística e transporte a entidades terceiras ao Grupo implica por parte dos potenciais ou atuais clientes uma avaliação dos nível de conformidade das operações realizadas face por um lado aos requisitos legais aplicáveis à atividade, designadamente às boas práticas de distribuição, quer face aos requisitos específicos das operações contratadas. Foi neste enquadramento que decorreram durante o ano de 2015 duas auditorias realizadas por clientes, uma de qualificação (previamente ao início da prestação do serviço de logística e transporte) e uma de acompanhamento das operações já em curso.

Boas Práticas de Distribuição

Enquadramento Legal

Entrou em vigor em 1 de julho de 2015 a Deliberação n.º 47/CD/2015, de 19 de março, que aprova o Regulamento relativo às boas práticas de distribuição de medicamento de uso humano, que vieram substituir as constantes na Portaria n.º 348/98, de 15 de junho, que vigoraram durante quase duas décadas. Esta publicação decorreu da transposição para direito nacional das Diretrizes Europeia já publicadas em março de 2013. Nessa medida, o trabalho de adaptação aos novos requisitos aplicáveis à atividade de distribuição por grosso de medicamentos já vinha sendo efetuado desde essa data. Adicionalmente, o facto de os requisitos legais aplicáveis à atividade dos distribuidores decorrentes das recentes boas práticas se encontrarem em muito alinhados com os requisitos de um Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a norma ISO 9001, tornou o processo de adaptação para as empresas do Grupo Cooprofar-Medlog menos complexo, porém não menos exigente.

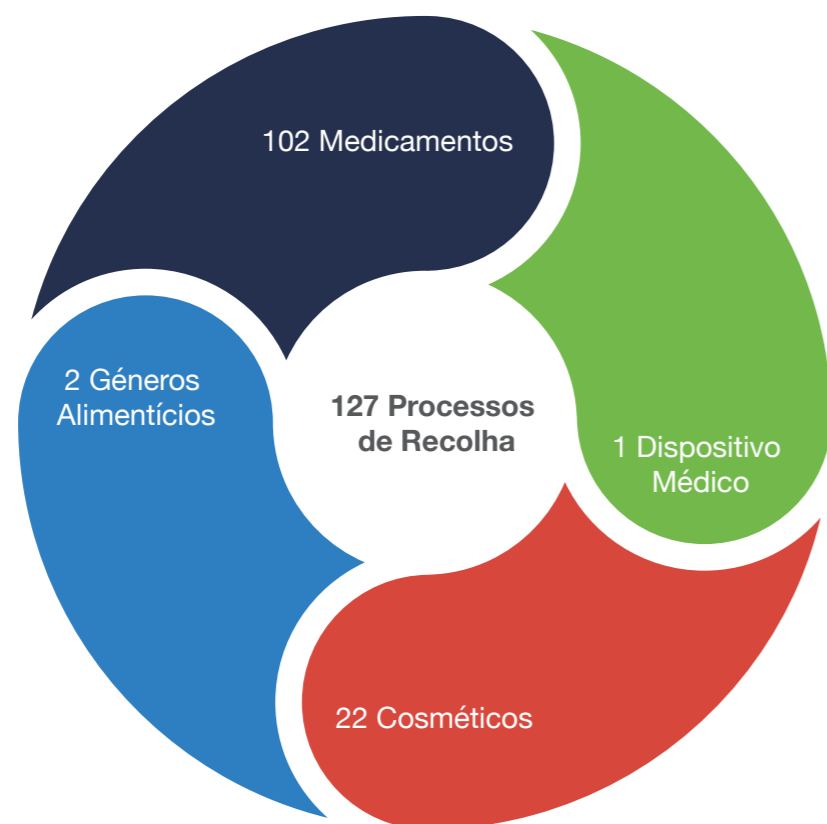
Das novas exigências destacam-se as associadas às condições de transporte dos medicamentos, impondo-se a manutenção das condições de temperatura durante o período em que as embalagens deixam de estar nos armazéns dos distribuidores, até que estas chegam à farmácia, o que determinou o processo de melhoria operado ao nível da frota durante o ano 2015 e já previamente iniciado,

A Deliberação n.º 47/CD/2015, de 19 de março, trouxe contudo algumas alterações face ao texto das Diretrizes Europeias, facto que determinou por parte da associação do setor uma aproximação à Tutela no sentido de clarificar as alterações em causa, bem como de entender o real alcance de alguns dos novos requisitos. Esta aproximação envolveu a realização de reuniões técnicas com responsáveis da Direção de Inspeção e Licenciamento do INFARMED, I.P. nas quais o Grupo Cooprofar-Medlog esteve representado.

#### Recolhas

Ao longo do ano de 2015 ocorreram 127 processos de recolha motivados por problemas de qualidade ou decorrentes de questões regulamentares, desencadeados quer pelas correspondentes entidades reguladoras, quer pelas entidades responsáveis pela colocação dos medicamentos/produtos no mercado.

Tal como registado em anos transatos, os processos de recolha abrangeram não apenas medicamentos, tendo-se registado em 2015 recolhas de dispositivos médicos, produtos cosméticos e de higiene corporal, e géneros alimentícios.



#### Categorias

##### Produtos de Saúde

No âmbito do apoio técnico e regulamentar à atividade de representação de produtos de saúde no mercado nacional - Produtos Cosméticos (PC), das gamas Interapothek e Mamilan, e Dispositivos Médicos (DM), das gamas Ice Power, Interapothek, Vulkan, Mamivac, OB Clinic e Slendertone - foram efetuados, durante o ano de 2015, 12 registos de produtos novos lançados no mercado, correspondentes a 11 PC da gama Interapothek e 1 DM da gama Ice Power.

A atividade de Distribuição por Grosso de Dispositivos Médicos, mesmo não estando vinculada com a responsabilidade de colocação no mercado, implica um conjunto de atividades de verificação e controlo, designadamente o registo de cada referência e apresentação comercializada na plataforma on-line do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.

Ao longo do ano 2015 procedeu-se à realização de 327 novos registos na referida plataforma, correspondentes a DM distribuídos pelas empresas do Grupo Cooprofar-Medlog.

##### Matérias-primas e Ortopedia

Manteve-se durante 2015 a oferta diversificada de produtos das gamas de ortopedia e matérias-primas / substâncias ativas destinadas à preparação de manipulados. A comercialização destes produtos, dadas as suas características e especificidades técnicas, envolve frequentemente o apoio técnico no sentido de melhor identificar o produto pretendido face às necessidades do cliente.

Neste sentido, manteve-se por parte do Departamento Técnico a disponibilidade para prestar estes esclarecimentos, potenciando-se assim a satisfação do cliente associada à aquisição destes produtos. Paralelamente a este apoio informativo foi também assegurada por este Departamento a determinação das necessidades em termos de compra, assim como a realização de ajustes de portfólio.

##### Base e Dados de Produtos

O processo de manutenção da atualidade da base de dados dos produtos distribuídos pelas empresas do Grupo Cooprofar-Medlog envolve um trabalho contínuo o qual visa por um lado ajustar o conteúdo das fichas dos artigos às alterações que vão ocorrendo, designadamente alterações de códigos, de apresentação, alterações das condições de conservação, assim como a caracterização integral de todos os artigos que vão sendo integrados no portfólio das empresas.

Ao longo do ano de 2015 foram criadas na Base de Dados Central 4693 novas fichas de produtos, processo que envolveu a sua caracterização integral, nomeadamente ao nível de enquadramento em família, princípio ativo (quando aplicável), classe farmacoterapêutica e classe ATC (quando aplicável), descrição das características, requisitos de armazenamento e registo de imagem.

Relativamente ao processo de atualização da informação das fichas preexistentes, procedeu-se à atualização do conteúdo de 6672 fichas.

##### Projeto-piloto Via Verde do Medicamento

O ano 2015 foi marcado pelo arranque do projeto “Via Verde do Medicamento” o qual foi criado pelo INFARMED, I.P. com o objetivo garantir o acesso do doente aos medicamentos considerados como essenciais.

Os referidos medicamentos constam de uma lista correspondente aos produtos cuja exportação está já sujeita a notificação prévia obrigatória.

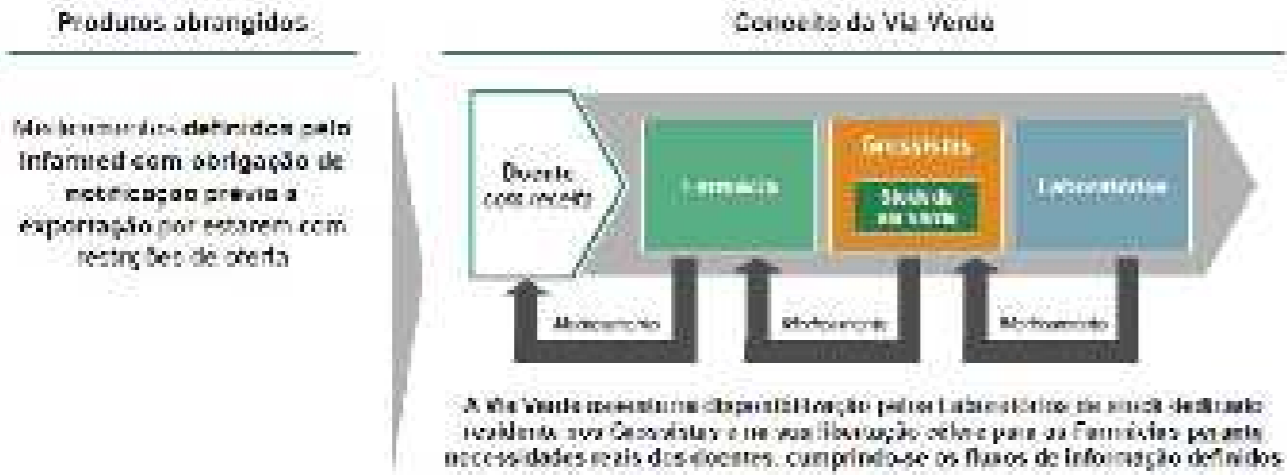
A fase piloto do projeto envolveu 11 titulares de autorização de introdução no mercado (AIM), 7 grossistas, um dos quais a Cooprofar, C.R.L e 147 farmácias do Distrito de Coimbra.

O processo associado este novo canal passa por manter nos distribuidores envolvidos um stock permanente dos medicamentos referenciados, cuja definição é da responsabilidade dos titulares de AIM, sendo estes requisitados pelas farmácias quando na posse de uma receita médica e de modo a fazer face à nomecomprovada incapacidade de ter acesso a esses produtos através do processo de aquisição habitual.

Todos os elementos relativos às transações são disponibilizados regularmente ao INFARMED por todas as entidades envolvidas, para efeito de monitorização do projeto, sendo garantida a confidencialidade do utente.

Desde o arranque da fase piloto, decorrido em 6 julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015, foram distribuídas pela Coopprofar, C.R.L. ao abrigo deste projeto um total de 554 unidades, integradas em 399 encomendas entregues.

Deu-se ainda início durante o ano de 2015 aos trabalhos preparatórios tendentes ao alargamento do âmbito do projeto ao nível nacional.



**LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2016**  
Alargamento nacional do projeto via verde do medicamento

**Serviços Administrativos e Financeiros**

O ano de 2015, em termos administrativos-financeiros, ficou marcado acima de tudo pelo trabalho profícuo realizado ao nível financeiro. Procurando obter as melhores e mais justas condições comerciais e financeiras para a Cooperativa e consequentemente repercutir aos nossos clientes. Durante o ano de 2015 conseguimos negociar e contratualizar linhas de financiamento, mais vantajosas, com melhores condições ao nível do pricing e comissionamento. Com esta redução verificada ao nível dos gastos financeiros obteve-se uma otimização dos resultados cuja reflexão, ao nível das contas finais bem como nas condições apresentadas aos nossos clientes.

Tal como já divulgado em relatos anteriores finalizamos durante o ano de 2015 um seguro de crédito, o que permitiu reforçar a segurança de capitais e diminuição de risco. Este facto foi o elemento diferenciador na obtenção de melhores condições financeiras para a Cooperativa e para os seus Clientes.

Ao nível administrativo, procuramos especialmente, otimizar processos, segmentando as atividades cada vez mais crescentes e diversificadas, atribuindo por áreas, processos distintos que visam a capacidade de especialização de cada colaborador, melhorando deste modo a capacidade de resposta aos nossos clientes, mas também ao nível do tratamento da informação interna.

Com vista a otimização do sistema ERP SAGE XRT e dada a evolução da atividade do Grupo, com novas áreas de negócio, financiamentos, parceiros, etc., criamos novos fluxos operacionais, que permitiram acelerar o tratamento da informação contabilística, sem ser necessário ao aumento de custos, reduzindo o prazo de prestação de contas (mensais) em cerca de 10 dias, mantendo-se desta forma os dados contabilísticos deveras atualizados.

Foi desenvolvido igualmente um trabalho ao nível do sistema informático interno com vista á automatização da faturação entre as empresas do grupo. Esta medida\alteração veio aliviar substancialmente a carga administrativa na área da contabilidade, estes documentos são agora integrados no ERP SAP de forma automática e sem intervenção do utilizador, mantendo-se este como o controlador da informação a ser integrada. Este fator veio igualmente contribuir de forma significativa para a diminuição do prazo de prestação de contas.

# Perspetivas 2016

Grupo Cooprofar-Medlog

## Perspetivas 2016

Embora a forte aposta no consumo privado possa indiciar uma melhoria de atividade no nosso setor, mais concretamente nas farmácias, a conjuntura internacional e mesmo alguma retração no Investimento não aconselham grande otimismo no desenvolvimento da Economia Portuguesa, única forma de no médio prazo, financiar esse crescimento do consumo privado.

Assim, com a consciência de que no setor da distribuição às Farmácias existe excesso de oferta, resta-nos o caminho da competitividade e da diferenciação, sabendo que a sustentabilidade do Grupo passa cada vez mais pela presença noutros mercados, através da prestação de serviços de logística.

Gondomar, 26 de abril de 2016

O Conselho de Administração

# Demonstrações Financeiras Consolidadas

Grupo Cooprofar-Medlog

## BALANÇOS CONSOLIDADOS

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	11 139 944,61	12 669 307,26
Ativos intangíveis	8	243 337,63	206 586,63
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	10	2 495 177,51	2 425 532,50
Participações financeiras - Outros métodos	10	86 126,00	799 859,34
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	11	533 832,41	916 848,53
		14 498 418,16	17 018 134,26
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	24 310 890,29	18 936 882,56
Clientes	13	47 880 098,96	56 755 152,16
Estado e outros entes públicos	14	3 199 522,50	3 194 762,27
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	15	1 903 356,29	2 815 278,84
Diferimentos	16	461 380,30	454 134,95
Caixa e equivalentes de caixa	4	4 750 489,74	1 809 613,94
		82 505 738,08	83 965 824,72
<b>Total do ATIVO</b>		<b>97 004 156,24</b>	<b>100 983 958,98</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	17	311 000,00	307 500,00
Reservas legais	17	1 012 373,66	930 893,95
Outras reservas		22 147 106,22	20 649 843,07
Resultados transitados		-4 641 053,58	-4 556 436,96
Ajustamentos em ativos financeiros		-117 344,66	249 919,67
Excedentes de revalorização	7	1 228 662,62	1 607 342,73
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
		19 940 744,26	19 189 062,46
Resultado líquido do período		1 693 157,52	746 019,05
Interesses minoritários		0,00	0,00
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>21 633 901,78</b>	<b>19 935 081,51</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	18	4 295 145,20	4 879 392,90
Passivos por impostos diferidos	11	431 739,80	563 423,17
Acionistas / Sócios	19	195 270,34	238 104,10
		4 922 155,34	5 680 920,17
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	39 867 105,06	35 452 109,66
Estado e outros entes públicos	14	438 735,53	597 011,45
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	18	27 751 911,18	36 564 321,88
Outras contas a pagar	21	2 390 347,35	2 754 514,31
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
		70 448 099,12	75 367 957,30
<b>Total do Passivo</b>		<b>75 370 254,46</b>	<b>81 048 877,47</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>97 004 156,24</b>	<b>100 983 958,98</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	22	381 554 603,89	360 027 243,28
Subsídios à exploração	23	24 379,14	40 472,85
Ganhos/Perdas imputados de subsid. associadas e empr. conjuntos	10	69 645,01	179 098,75
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-351 296 770,95	-330 963 024,90
Fornecimentos e serviços externos	24	-7 602 457,39	-7 802 282,06
Gastos com pessoal	25	-6 261 323,56	-6 195 694,26
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-1 781 133,81	-2 583 273,49
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de invest. não deprec/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26	3 330 660,84	3 300 170,47
Outros gastos e perdas	26	-12 092 000,05	-11 607 445,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 945 603,12	4 395 264,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7-8	-2 362 159,55	-1 729 930,29
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 583 443,57	2 665 334,39
Juros e rendimentos similares obtidos	28	1 130 201,16	1 203 659,23
Juros e gastos similares suportados	28	-2 294 045,86	-2 770 294,65
Resultado antes de impostos		2 419 598,87	1 098 698,97
Imposto sobre rendimento do período	29	-726 441,35	-352 679,92
Resultado líquido do período		1 693 157,52	746 019,05

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	13	390 390 457,09	364 307 699,08
Pagamentos a fornecedores	20	-359 290 923,14	-337 414 243,66
Pagamentos ao pessoal	25	-6 236 592,17	-5 968 492,74
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>24 862 941,78</b>	<b>20 924 962,68</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	29	146 725,92	-261 687,87
Outros recebimentos/pagamentos	15-21	-10 852 424,69	-9 139 335,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais		14 157 243,01	11 523 939,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	-66 186,48	-76 038,69
Ativos intangíveis	8	-40 000,00	-77 000,00
Investimentos financeiros	10	-25 000,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	132 648,71	36 383,74
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	162 567,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento		1 462,23	45 912,75
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	18	40 164 340,94	46 493 484,63
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17	3 500,00	3 003,98
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		988 733,34	7 500,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	18	-50 081 414,22	-53 101 954,23
Juros e gastos similares	28	-2 292 989,50	-2 770 234,41
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	-53 889,63
Outras operações de financiamento		0,00	-1 253 068,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-11 217 829,44	-10 675 158,40
Variação de caixa e seus equivalentes			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 809 613,94	914 920,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 750 489,74	1 809 613,94

MAPA DE VARIAÇÕES DE CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 DA COOPROFAR, C.R.L. CONSOLIDADOS

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
01 de janeiro de 2014	358.385,65	0,00	0,00	0,00	825.912,72	16.789.163,48	-1.089.107,65	1.413.938,21	2.233.205,22	0,00	-1.002.517,28	19.528.980,35	19.528.980,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							625.862,49		-625.862,49			0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00	0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					104.981,23	3.860.679,59	-3.930.624,10	-1.164.018,54			1.002.517,28	-126.464,54	-126.464,54
	0,00	0,00	0,00	0,00	104.981,23	3.860.679,59	-3.304.761,61	-1.164.018,54	-625.862,49	0,00	1.002.517,28	-126.464,54	-126.464,54
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											746.019,05	746.019,05	746.019,05
RESULTADO INTEGRAL											746.019,05	746.019,05	746.019,05
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital	3.003,98											3.003,98	3.003,98
Realizações de prêmios de emissão												0,00	0,00
Distribuições							-162.567,70					-162.567,70	-162.567,70
Entradas para cobertura de perdas												0,00	0,00
Outras operações	-53.889,63											-53.889,63	-53.889,63
	-50.885,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-162.567,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-213.453,35	-213.453,35
31 de dezembro de 2014	307.500,00	0,00	0,00	0,00	930.893,95	20.649.843,07	-4.556.436,96	249.919,67	1.607.342,73	0,00	746.019,05	19.935.081,51	19.935.081,51

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
01 de janeiro de 2015	307.500,00	0,00	0,00	0,00	930.893,95	20.649.843,07	-4.556.436,96	249.919,67	1.607.342,73	0,00	746.019,05	19.935.081,51	19.935.081,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							343.229,73		-343.229,73			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							37.613,13		-37.613,13			0,00	0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							-69.645,01	69.645,01				0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					82.728,59	1.515.971,16	-476.137,53	-436.909,34	2.162,75		-746.019,05	-58.203,42	-58.203,42
	0,00	0,00	0,00	0,00	82.728,59	1.515.971,16	-164.939,68	-367.264,33	-378.680,11	0,00	-746.019,05	-58.203,42	-58.203,42
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											1.693.157,52	1.693.157,52	1.693.157,52
RESULTADO INTEGRAL											947.138,47	947.138,47	947.138,47
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital	3.500,00											3.500,00	3.500,00
Realizações de prêmios de emissão												0,00	0,00
Distribuições												0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00	0,00
Outras operações					-1.248,88	-18.708,01	80.323,06					60.366,17	60.366,17
	3.500,00	0,00	0,00	0,00	-1.248,88	-18.708,01	80.323,06	0,00	0,00	0,00	0,00	63.866,17	63.866,17
31 de dezembro de 2015	311.000,00	0,00	0,00	0,00	1.012.373,66	22.147.106,22	-4.641.053,58	-117.344,66	1.228.662,62	0,00	1.693.157,52	21.633.901,78	21.633.901,78

ANEXO CONSOLIDADO 2015  
(valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. foi fundada em 1975 e tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 – 210 – Gondomar.

As Empresas que fazem parte do grupo têm por objeto: (i) adquirir, armazenar e fornecer aos seus membros todos os artigos que se destinam às farmácias; (ii) montar, adquirir ou tomar posição em laboratórios de análises químico-biológicas e para produção industrial de medicamentos ou outros produtos; e (iii) contratar representações, importações ou agenciamento de medicamentos, produtos químicos, dietéticos, cosméticos e outros, bem como aparelhagem para o sector farmacêutico, para aquisição ou utilização dos seus membros, concorrer para o melhoramento da administração e rentabilidade das farmácias dos seus membros, designadamente pela instalação de centros de cálculo, consultadoria especializada e serviços técnicos comuns, ou seja, de um modo geral desempenhar quaisquer funções de interesse para os seus membros que sejam permitidas pela legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2015, as Empresas que constituem o Grupo Cooprofar, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são:

Empresas com sede em Portugal	Ramo de Atividade
<b>Cooprofar, CRL</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Distribuição Farmacêutica.
<b>Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.
<b>Mercafar – Distribuição Farmacêutica,S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Representação, promoção e distribuição de produtos de saúde em farmácias, parafarmácias e espaços saúde
<b>Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transport e de mercadoriaspor via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
<b>Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Operador logístico de produtos farmacêuticos

Empresas com sede em Portugal	Ramo de Atividade
<b>Medlog 3, Lda.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços administrativos
<b>Trans Med, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
<b>Medlynce – SGPS, S.A.</b> Sede: Rua Consiglieri Pedroso, N 123 2734-501 Barcarena	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.
Empresas com sede noutros países	Ramo de Atividade
<b>Socifarma - Sociedade Farmacêutica Angolana, S.A.</b> Sede: Rua Presidente Marien N’Gouabi, 45 Maianga Luanda Angola	Distribuição Farmacêutica.
<b>Mecofarma de Angola - Importação e Comercialização de Medicamentos, S.A</b> Sede: Rua Presidente Marien N’Gouabi, 45 Maianga Luanda Angola	Rede de farmácias

Doravante a Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e as Empresas que fazem parte do grupo são designadas por Grupo ou Grupo Cooprofar.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, sendo esta a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 3.1.d).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas da Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Na preparação e divulgação das presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições previstas no SNC e respetivas NCRF, exceto no que se refere à característica qualitativa da consistência/comparabilidade, afetado no corrente exercício pelo seguinte fator e com os efeitos descritos:

Revisão das vidas uteis

Tipo de ativo	VU de 2014	VU de 2015
Edifícios	10 a 20 anos	5 a 10 anos

Foi revisto, este ano, o período de vida útil dos edifícios, decorrente do Relatório de avaliação elaborado pela American Appraisal Iberia.

Efeitos nas demonstrações financeiras

	2015 c/ VU de 2014	2015	Variação
No ativo líquido	8.541.559,51	8.028.746,74	512.812,77
Nos resultados	512.812,77	1.025.625,54	-512.812,77

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1. Princípios de Consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 6.

Nas concentrações empresariais é seguido o método da compra. Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como um goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como ganho nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Outros Rendimentos e Ganhos”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são igualmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais o Grupo detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, exceto os edifícios e o sistema KNAPP, são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

Os edifícios e o sistema KNAPP encontram-se valorizados de acordo com o modelo de revalorização, o qual consiste na escrituração dos bens pelo seu justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em “Excedentes de revalorização” no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos “Excedentes de revalorização” nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de “Excedentes de revalorização” para “Resultados transitados”.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que estimam, por contrapartida da rubrica “Imparidade de investimentos depreciables” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método das quotas constantes e das quotas decrescentes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Uma parte do montante das depreciações do exercício relativo ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 40% das depreciações de exercícios futuros de ativos fixos tangíveis revalorizados e ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

3.4. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.5. Inventários

As mercadorias, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

3.6. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e são reconhecidas inicialmente ao custo histórico, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

**3.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas de Capital sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida e que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

**3.8. Imparidade de ativos**

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

**3.9. Capital social**

Os títulos de capital e ações ordinárias são classificados em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

**3.10. Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

**3.11. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**3.12. Fornecedores e Outras Contas a Pagar**

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificados como passivo corrente. Caso contrário são classificados como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

**3.13. Impostos sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

**3.14. Especialização de exercícios: gastos e rendimentos**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Gerência e Administração das empresas do Grupo.

**3.15. Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

**3.15.1. Comercialização, promoção e representação de produtos de saúde**

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando

- i) Quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador; e
- ii) Na data da prestação dos serviços, não existindo obrigações adicionais a cumprir.

O rédito é reconhecido líquido de devoluções, descontos, abatimentos e outros incentivos. A política geral de devoluções do Grupo permite a devolução dos produtos quando for possível a sua devolução aos fornecedores pela totalidade do valor da compra.

Este segmento inclui essencialmente as transações de distribuição dos produtos de saúde dos produtores às farmácias, unidades hospitalares ou outros espaços de saúde, ou destinados a exportação. Os produtos de saúde são adquiridos aos produtores farmacêuticos e recebidos e armazenados nos armazéns de distribuição do Grupo e posteriormente entregues, na mesma condição em que foram recebidos, ao cliente final. Neste segmento estão também incluídas as chamadas “vendas diretas”, isto é, as transações que, por razões específicas ao produto, são expedidas dos laboratórios farmacêuticos diretamente para os espaços de saúde, uma vez que a responsabilidade primária por estes produtos pertence ao Grupo.

O rédito é reconhecido de forma integral quando o Grupo é o responsável primário da transação, é detentor da titularidade e posse dos produtos, assume o risco de danificação e obsolescência do stock, tem autonomia na definição do preço e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado e entrega e devolução do produto ao cliente. As transações podem cumprir todas estas condições ou a maioria delas.

**3.15.2. Logística farmacêutica**

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

**3.15.3. Serviços de transporte de produtos de saúde**

Este segmento inclui as transações relativas à prestação dos serviços de transporte.

O rédito referente a este segmento é reconhecido na data da prestação dos serviços.

**3.15.4. Juros e dividendos**

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

**3.16. Ativos e Passivos Contingentes**

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

**3.17. Eventos Subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

**3.18. Classificação de demonstração da posição financeira**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

### 3.19. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perdas na demonstração consolidada dos resultados do período.

### 3.20. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### Ativos fixos tangíveis/estimativas de vidas úteis:

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

#### Impostos diferidos:

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos tendo por base as estimativas futuras de geração de lucro tributável e até ao ponto em que os créditos fiscais detidos podem ser na sua plenitude utilizados durante o período da sua validade. Por este motivo, os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

#### Imparidade de contas a receber:

Os valores apresentados em 31 de dezembro de 2015 tem por base a melhor estimativa tendo em conta critérios económicos e de risco associados aos respetivos clientes e devedores.

### 3.21. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão do Grupo.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

#### Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, o Grupo Cooprofar:

- (i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- (ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;
- (iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;
- (iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontram-se divulgados na Nota 13.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo Cooprofar considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 13.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

#### Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão do Grupo aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

#### *Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro*

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

		2015	2014
	Variação	Resultados	Resultados
Financiamentos obtidos	+1 p.p.	258.034,79	347.315,74
Financiamentos obtidos	-1 p.p.	-258.034,79	-347.315,74
Variação Resultados			
Financiamento Final Exercício		25.803.479,49	34.731.573,67
Variação 1 p.p.		258.034,79	347.315,74

Risco taxa de câmbio

O Grupo Cooprofar participa no Capital de duas sociedades que operam, exclusivamente, no mercado Angolano, e como tal encontra-se exposta a Risco Cambial de evolução da cotação do Kwana. A Empresa não contratou ou subscreveu qualquer instrumento de cobertura de variação cambial.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Grupo Cooprofar possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento;
- (iii) Diversificação das maturidades da dívida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de dívida;
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 18, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 27.296.566,64 euros e 39.634.100,84 euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

Outros riscos

Ainda em consequência da localização geográfica referida, a prestação de contas pelas sociedades angolanas (Socifarma S.A. e Mecofarma S.A.) é um processo moroso.

4. Fluxos de Caixa

A 31 de dezembro de 2015, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com cotação, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2015	2014
Caixa	33.748,51	85.730,90
Depósitos à ordem	1.639.115,91	1.723.883,04
Depósitos a prazo	3.077.625,32	0,00
	4.750.489,74	1.809.613,94

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos, exceto os já descritos na nota 2.

6. Empresas do grupo incluídas na consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como se segue:

Empresa	2015	2014	Método de Consolidação
	Participação %	Participação %	
Cooprofar, C.R.L.	Empresa - mãe	Empresa - mãe	Empresa - mãe
Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	100%	100%	Integral
Mercafar – Distribuição Farmacêutica,S.A.	100%	100%	Integral
Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A	100%	100%	Integral
Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.	100%	100%	Integral
Medlog 3, Lda.	100%	100%	Integral
Trans Med, S.A.	100%	100%	Integral
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	31,25%	M.E.P.
Farvision, S.A.	-	100%	Integral
LHS, S.A.	-	100%	Integral

7. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recur. naturais	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
<b>01 de janeiro de 2014</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparida	2.877.311,54	10.930.184,65	969.131,85	1.836.154,61	1.573.635,95	7.131.718,51	0,00	25.318.137,11
Depreciação acumulada	0,00	-3.542.581,71	-811.829,93	-1.421.018,39	-1.418.842,25	-4.182.824,01	0,00	-11.377.096,29
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>2.877.311,54</b>	<b>7.387.602,94</b>	<b>157.301,92</b>	<b>415.136,22</b>	<b>154.793,70</b>	<b>2.948.894,50</b>	<b>0,00</b>	<b>13.941.040,82</b>
<b>Movimentos de 2014</b>								
Aquisições	0,00	2.250,00	40.305,00	285.718,58	69.777,88	35.671,64	0,00	433.723,10
Alienações	0,00	-1.820,89	0,00	-181.596,35	-21.757,06	-48.211,38	0,00	-253.385,68
Transferências/abates valor aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/abates depreciações acumuladas	0,00	1.820,89	0,00	178.181,72	21.757,06	12.052,85	0,00	213.812,52
Depreciação do exercício	0,00	-552.066,25	-61.404,75	-310.451,91	-78.482,48	-663.478,11	0,00	-1.665.883,50
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>-549.816,25</b>	<b>-21.099,75</b>	<b>-28.147,96</b>	<b>-8.704,60</b>	<b>-663.965,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.271.733,56</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparida	2.877.311,54	10.930.613,76	1.009.436,85	1.940.276,84	1.621.656,77	7.119.178,77	0,00	25.498.474,53
Depreciação acumulada	0,00	-4.092.827,07	-873.234,68	-1.553.288,58	-1.475.567,67	-4.834.249,27	0,00	-12.829.167,27
<b>Valor líquido final</b>	<b>2.877.311,54</b>	<b>6.837.786,69</b>	<b>136.202,17</b>	<b>386.988,26</b>	<b>146.089,10</b>	<b>2.284.929,50</b>	<b>0,00</b>	<b>12.669.307,26</b>
<b>01 de janeiro de 2015</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparida	2.877.311,54	10.930.613,76	1.009.436,85	1.940.276,84	1.621.656,77	7.119.178,77	0,00	25.498.474,53
Depreciação acumulada	0,00	-4.095.308,36	-872.876,33	-1.551.165,64	-1.475.567,67	-4.834.249,27	0,00	-12.829.167,27
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>2.877.311,54</b>	<b>6.835.305,40</b>	<b>136.560,52</b>	<b>389.111,20</b>	<b>146.089,10</b>	<b>2.284.929,50</b>	<b>0,00</b>	<b>12.669.307,26</b>
<b>Movimentos de 2015</b>								
Aquisições	0,00	0,00	41.400,00	661.836,15	47.209,58	55.132,70	0,00	805.578,43
Alienações	0,00	0,00	0,00	-532.435,31	0,00	0,00	0,00	-532.435,31
Transferências/abates valor aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/abates depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	476.190,78	0,00	0,00	0,00	476.190,78
Depreciação do exercício	0,00	-1.132.521,09	-58.764,11	-425.002,30	-78.942,18	-583.466,87	0,00	-2.278.696,55
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.132.521,09</b>	<b>-17.364,11</b>	<b>180.589,32</b>	<b>-31.732,60</b>	<b>-528.334,17</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.529.362,65</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparida	2.877.311,54	10.930.613,76	1.050.836,85	2.069.677,68	1.668.866,35	7.174.311,47	0,00	25.771.617,65
Depreciação acumulada	0,00	-5.227.829,45	-931.640,44	-1.499.977,16	-1.554.509,85	-5.417.716,14	0,00	-14.631.673,04
<b>Valor líquido final</b>	<b>2.877.311,54</b>	<b>5.702.784,31</b>	<b>119.196,41</b>	<b>569.700,52</b>	<b>114.356,50</b>	<b>1.756.595,33</b>	<b>0,00</b>	<b>11.139.944,61</b>

As principais variações ocorridas durante o exercício são referentes à alienação e aquisição de viaturas para renovação de frota das empresas de transporte do grupo, aquisição de empilhadores para a operação logística e renovação de material informático, nomeadamente computadores.

Para os itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas, o valor da revalorização que é objeto de divulgação foi determinado no final do exercício de 2013 por uma entidade externa especializada, *American Appraisal Iberia*, que recorreu ao método do custo para determinação do valor razoável dos bens e atendendo ao seu uso continuado.

Este ano e fruto desse relatório, decidiu-se que os edifícios sitos em Gondomar, São Cosme, e em Alcochete, viriam a ter uma reintegração extraordinária.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos excedentes de revalorização no capital próprio foram os seguintes:

01 janeiro 2014	Aumento por revalorização	Imposto Diferido Passivo	Redução por realização	31 dezembro 2014
2.233.205,22	0,00	0,00	-625.862,49	1.607.342,73

01 janeiro 2015	Aumento por revalorização	Imposto Diferido Passivo	Redução por realização	31 dezembro 2015
1.607.342,73	0,00	2.162,75	-380.842,86	1.228.662,62

A 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a quantia escriturada no balanço que teria de ser reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados era a seguinte:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Edif. e outras construções</b>	<b>Ferramentas e utensílios</b>
Valor de aquisição	9.361.926,52	4.541.114,41
Depreciação acumulada	-3.635.720,88	-3.929.561,71
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>12.997.647,40</b>	<b>8.470.676,12</b>

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Ferramentas e utensílios</b>
Valor de aquisição	9.361.926,52	4.541.114,41
Depreciação acumulada	-4.578.636,53	-4.190.663,69
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>13.940.563,05</b>	<b>8.731.778,10</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os edifícios situados em Macedo de Cavaleiros, Alcochete e Gondomar encontram-se penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo.

8. Ativos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intang. em curso	Total
01 de janeiro de 2014						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	712.864,70	534.374,51	118.007,51	80.000,00	48.611,33	1.493.858,05
Amortização acumulada	-672.864,69	-527.758,54	-118.007,51	0,00	0,00	-1.318.630,74
Valor líquido inicial	40.000,01	6.615,97	0,00	80.000,00	48.611,33	175.227,31
Movimentos de 2014						
Aquisições	54.800,00	12.726,67	0,00	0,00	28.350,00	95.876,67
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/abates valor aquisição	34.200,00	14.411,33	0,00	0,00	-48.611,33	0,00
Transferências/abates amortização acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização do exercício	-51.750,00	-12.767,35	0,00	0,00	0,00	-64.517,35
Valor líquido final	37.250,00	14.370,65	0,00	80.000,00	-20.261,33	31.359,32
31 de dezembro de 2014						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	801.864,70	561.512,51	118.007,51	80.000,00	28.350,00	1.589.734,72
Amortização acumulada	-724.614,69	-540.525,89	-118.007,51	0,00	0,00	-1.383.148,09
Valor líquido final	77.250,01	20.986,62	0,00	80.000,00	28.350,00	206.586,63

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
01 de janeiro de 2015						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	801.864,70	561.512,51	118.007,51	80.000,00	28.350,00	1.589.734,72
Amortização acumulada	-724.614,69	-540.525,89	-118.007,51	0,00	0,00	-1.383.148,09
Valor líquido inicial	77.250,01	20.986,62	0,00	80.000,00	28.350,00	206.586,63
Movimentos de 2015						
Aquisições	40.000,00	14.548,00	0,00	0,00	55.666,00	120.214,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/abates valor aquisição	0,00	6.250,00	0,00	0,00	-6.250,00	0,00
Transferências/abates amortização acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização do exercício	-60.916,67	-22.546,33	0,00	0,00	0,00	-83.463,00
Valor líquido final	-20.916,67	-1.748,33	0,00	80.000,00	59.416,00	36.751,00
31 de dezembro de 2015						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	841.864,70	582.310,51	118.007,51	80.000,00	57.766,00	1.709.948,72
Amortização acumulada	-785.531,36	-563.072,22	-118.007,51	0,00	0,00	-1.466.611,09
Valor líquido final	56.333,34	19.238,29	0,00	80.000,00	57.766,00	243.337,63

As variações da rubrica face ao período anterior resultam essencialmente de estudos para desenvolvimentos e melhorias na área dos recursos humanos e na área de logística.

Os ativos intangíveis em curso são referentes a estudo e consultoria na área da estratégia – Strategy\_PI.

9. Locações

Em 31 de dezembro de 2015, a empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira relativos a viaturas ligeiras de mercadorias, armazéns e equipamento Knapp no montante de 2.163.648,45 euros (2014: 2.858.462,61 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos Obtidos” (Nota 18).

Os bens em regime de locação financeira apresentam os seguintes valores contabilísticos:

Classe bens	2015			2014		
	Valor de aquisição	acumuladas	Valor líquido	Valor de aquisição	acumuladas	Valor líquido
Edif. e outras construções	4.058.175,35	1.906.782,15	2.151.393,20	4.058.175,35	1.489.933,39	2.568.241,96
Equipamento transporte	1.020.150,51	522.200,16	497.950,35	459.261,92	214.438,54	244.823,38
Equipamento administrativo	63.018,00	28.196,50	34.821,50	53.000,00	13.250,00	39.750,00

Os termos dos atuais contratos em vigor não incluem cláusulas relativas a pagamentos de rendas contingentes.

10. Participações financeiras e outros investimentos

10.1. Participações em associadas

Empresa	% Participação Efetiva	2015	2014	Método de Contabilização
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	2.495.177,51	2.425.532,50	M.E.P.
		2.495.177,51	2.425.532,50	

Os movimentos ocorridos nos valores destas participações financeiras durante os exercícios de 2015 e 2014 podem ser resumidos da seguinte forma:

Medlynce – SGPS, S.A.	
01 de janeiro de 2014	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	1.884.410,31
Goodwill da aquisição	0,00
Perdas por imparidade	0,00
	1.884.410,31
Movimentos de 2014	
Aquisições	821.568,74
Alienações	0,00
Dividendos recebidos	0,00
Participação nos resultados do exercício	179.098,75
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	-459.545,30
Perdas de imparidade	0,00
31 de dezembro de 2014	2.425.532,50
01 de janeiro de 2015	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	2.425.532,50
Goodwill da aquisição	0,00
Perdas por imparidade	0,00
	2.425.532,50
Movimentos de 2015	
Aquisições	0,00
Alienações	0,00
Dividendos recebidos	0,00
Participação nos resultados do exercício	69.645,01
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	0,00
Perdas de imparidade	0,00
31 de dezembro de 2015	2.495.177,51

À data da elaboração do presente anexo, as contas da nossa participada **Medlynce, SGPS. S.A.**, ainda não se encontram certificadas, aguardando o relatório final da auditoria, que ocorrerá, ainda durante o mês de maio. Assim e esperando a qualquer momento a sua finalização, foi estimado o MEP com as contas finais das suas subsidiárias: “Mecofarma e Socifarma”.

10.2. Participações financeiras – outros métodos

Empresa	% Participação Efetiva	2015	2014	Método de Consolidação
Norgarante	n/d	30.000,00	30.000,00	Custo de Aquisição
Lisgarante	n/d	11.000,00	11.000,00	Custo de Aquisição
Garval	n/d	11.000,00	11.000,00	Custo de Aquisição
CEMG	n/d	9.126,00	9.126,00	Custo de Aquisição
INEGI	n/d	25.000,00	0,00	Custo de Aquisição
		86.126,00	61.126,00	

11. Impostos diferidos

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, podem ser resumidos como se segue:

Impostos diferidos ativos

	Reporte de Prejuízos Fiscais	Prov. e Ajust. não aceites como custo fiscal	Outros	Total
01 de janeiro de 2014	1.050.612,57	0,00	0,00	1.050.612,57
Impacto na Demonstração de Resultados	-133.764,04	0,00	0,00	-133.764,04
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2014	916.848,53	0,00	0,00	916.848,53
Impacto na Demonstração de Resultados	-383.016,12	0,00	0,00	-383.016,12
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2015	533.832,41	0,00	0,00	533.832,41

Reporte Fiscal que originou Ativos por Imposto Diferidos à data de 31 de dezembro de 2015:

País	Ano de Reporte									
	2012		2013		2014		2015		TOTAL	
	Base	IDA	Base	IDA	Base	IDA	Base	IDA	Base	IDA
Portugal	139.786,77	37.043,49	3.510.031,08	965.777,78	40.313,53	-85.972,74	-1.234.315,92	-383.016,12	2.455.815,46	533.832,41
	139.786,77	37.043,49	3.510.031,08	965.777,78	40.313,53	-85.972,74	-1.234.315,92	-383.016,12	2.455.815,46	533.832,41

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos
- iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos
- iv) Prejuízos fiscais gerados em 2014: 12 anos

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Impostos diferidos passivos

	Revalorização do AFT	Deprec. não aceites como custo fiscal	Outros	Total
01 de janeiro de 2014	692.343,68	0,00	0,00	692.343,68
Impacto na Demonstração de Resultados	-128.920,51	0,00	0,00	-128.920,51
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2014	563.423,17	0,00	0,00	563.423,17
Impacto na Demonstração de Resultados	-131.683,37	0,00	0,00	-131.683,37
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2015	431.739,80	0,00	0,00	431.739,80

Os impostos diferidos passivos são relativos à revalorização dos ativos fixos tangíveis, estando relacionados com itens do capital próprio.

Excluindo a Empresa-mãe (pela sua natureza societária), as restantes empresas do Grupo são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

No exercício fiscal de 2015, as empresas do grupo encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC as empresas do grupo encontram-se, adicionalmente, sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Para o encerramento das contas de 2015, e devido ao facto de não existir e não ter sido aprovado o Orçamento de Estado para 2016, até 31 de dezembro de 2015, a última taxa de IRC aprovada ou substancialmente aprovada continua a ser a taxa que consta do Orçamento de Estado de 2015. A taxa de IRC em vigor para 2016 é de 21%.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Mercadorias	24.310.890,29	18.936.882,56
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	0,00	0,00
Produtos Acabados e em Curso de Fabrico	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	0,00	0,00
	<b>24.310.890,29</b>	<b>18.936.882,56</b>

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2015 é como se segue:

CMV	2015	2014
Inventários Iniciais	18.936.883,56	16.461.157,40
Compras de mercadorias	356.964.931,14	333.840.683,27
Perdas em Inventários	-346.282,39	-483.000,09
Ganhos em Inventários	52.129,93	81.066,88
Inventários Finais	24.310.890,29	18.936.882,56
	<b>351.296.770,95</b>	<b>330.963.024,90</b>

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Clientes - conta corrente	47.880.098,96	56.755.152,16
Clientes - créditos cedidos	0,00	0,00
Clientes - partes relacionadas	0,00	0,00
Clientes cobrança duvidosa	11.808.318,59	10.477.829,14
Perdas por imparidade acumuladas em clientes	-11.808.318,59	-10.477.829,14
	<b>47.880.098,96</b>	<b>56.755.152,16</b>

Os movimentos ocorridos no período em Perdas por Imparidade foram os seguintes:

01 janeiro 2014	Aumento	Diminuições	Utilização	31 dezembro 2014
8.653.092,01	4.254.638,34	-1.671.364,85	-758.536,36	10.477.829,14

01 janeiro 2015	Aumento	Diminuições	Utilização	31 dezembro 2015
10.477.829,14	2.260.477,77	-479.343,96	-450.644,36	11.808.318,59

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a política contabilística adotada e divulgada bem como na avaliação da sua conjuntura e envolvente económica na data de demonstração da posição financeira.

A Cooperativa detém ainda inúmeras Garantias (tais como 1º e 2º Penhor de Alvarás e estabelecimentos de farmácia e Hipotecas sobre Imóveis) de forma a minimizar o risco de crédito. No entanto estas medidas apenas garantem o crédito e não são tidas em conta na nossa política de concessão de crédito.

Os montantes de saldos dos clientes inscritos no ativo não estão influenciados por adiantamentos efetuados por conta de serviços/mercadorias a adquirir, os quais são apresentados no passivo na rubrica de “Outras contas a pagar (adiantamento de clientes)”.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” pode ser detalhada como se segue:

Rúbrica	Ativo Corrente - Estado e outros entes públicos	
	2015	2014
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC	254.825,56	426.611,40
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS	3.234,64	25,14
Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA	1.388.084,94	1.191.748,37
Segurança Social	1.450,11	24.450,11
Outros Impostos e Taxas	1.551.927,25	1.551.927,25
	<b>3.199.522,50</b>	<b>3.194.762,27</b>

Rúbrica	Passivo Corrente - Estado e outros entes públicos	
	2015	2014
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC	188.116,42	303.174,43
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS	58.479,22	61.249,52
Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA	77.263,83	120.000,04
Segurança Social	114.876,06	112.587,46
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
	<b>438.735,53</b>	<b>597.011,45</b>

O IRC a recuperar / pagar decompõe-se da seguinte forma:

	2015	2014
Estimativa de IRC	-491.943,36	-347.836,39
Retenções na Fonte	10.508,87	5.250,00
Pagamentos por Conta	548.143,63	463.453,36
Pagamentos Adicionais por Conta	0,00	0,00
	<b>66.709,14</b>	<b>120.866,97</b>

Informa-se que a empresa não tem dívidas em mora:

- à Segurança Social, nos termos do artigo 210º do Código dos Regimes contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.
- ao Estado, nos termos do DL 534/80 de 07/11

A rubrica Outros Impostos e Taxas refere-se a imposto do selo liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira por discordância quanto ao tratamento dado pela empresa relativamente àquele imposto incidente sobre o valor da emissão de letras de câmbio. Tal montante, que se refere aos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, foi regularizado pela empresa mas impugnado judicialmente por discordância com aquela Autoridade. A opinião do consultor jurídico quanto ao desfecho dos processos é de que a posição do Grupo Cooprofar acabará por assumir vencimento, mesmo que recorrendo a instâncias judiciais superiores.

15. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	Ativo Corrente - Outras contas a receber	
	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00
Pessoal	136.149,99	115.292,69
Juros a receber	0,00	0,00
Acréscimos de Rendimentos	790.862,87	907.623,81
Devedores Diversos	949.877,56	1.792.362,34
Outras contas a receber	26.465,87	0,00
	1.903.356,29	2.815.278,84
Perdas por imparidade acumuladas em outras contas a receber	0,00	0,00
	1.903.356,29	2.815.278,84

Os montantes contabilizados a 31 de dezembro de 2015 são referentes essencialmente a empréstimos concedidos a título de fundo social a colaboradores operacionais, rendimentos a faturar a clientes no início do ano, a montante a receber no âmbito do programa COMPETE (QREN), e ainda a acertos de serviços prestados no negócio “comércio internacional” e a devedores de pequenos montantes.

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	Ativo Corrente - Outras contas a receber	
	2015	2014
Seguros a reconhecer	303.068,09	331.478,77
Outros gastos a reconhecer	158.312,21	122.656,18
	461.380,30	454.134,95

O Grupo reconhece os gastos de acordo com a especialização económica dos mesmos, independentemente do seu pagamento. No final de cada período são diferidos, nesta rubrica, despesas já pagas mas que apenas devem afetar economicamente o(s) período(s) seguinte(s).

17. Capital próprio

O Capital social é de 311.000 euros, encontrando-se totalmente realizado.

O detalhe dos movimentos em capitais próprios encontra-se apresentado na Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios.

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Sócios não foi pago, neste exercício, nenhum valor referente a dividendos.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Excedentes de revalorização

As reservas de revalorização dizem respeito ao montante da reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquido de impostos diferidos.

As reservas disponíveis para distribuição aos sócios são apuradas com base nas Demonstrações Financeiras individuais da Empresa-mãe

18. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica “Financiamentos Obtidos” foi como se segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	4.516.598,69	2.814.192,34	7.330.791,03	3.964.966,63	4.517.873,93	8.482.840,56
Descobertos bancários	3.751.329,44	0,00	3.751.329,44	6.997.041,42	0,00	6.997.041,42
Contas Caucionadas	11.562.500,00	0,00	11.562.500,00	13.367.500,00	0,00	13.367.500,00
Factoring	995.210,57	0,00	995.210,57	3.025.729,08	0,00	3.025.729,08
Locações financeiras	682.695,59	1.480.952,86	2.163.648,45	2.496.943,64	361.518,97	2.858.462,61
Letras de clientes descontadas	6.243.576,89	0,00	6.243.576,89	6.712.141,11	0,00	6.712.141,11
	27.751.911,18	4.295.145,20	32.047.056,38	36.564.321,88	4.879.392,90	41.443.714,78

Em 31 de Dezembro de 2015 a empresa apresenta um endividamento de curto prazo de 27.751.911,18 euros para o qual não existe expetativa de que se venha a entrar em incumprimento.

A 31 de dezembro de 2015, a maturidade dos financiamentos obtidos não correntes é a seguinte:

Anos	2015	2014
(1-5) anos	4.295.145,20	4.879.392,90
+ 5 anos	0,00	0,00
	4.295.145,20	4.879.392,90

19. Acionistas / Sócios

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Sócios	0,00	195.270,34	0,00	238.104,10
	0,00	195.270,34	0,00	238.104,10

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

	2015	2014
Fornecedores conta-corrente	39.867.105,06	35.452.109,66
Fornecedores títulos	0,00	0,00
	39.867.105,06	35.452.109,66

21. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	Passivo Corrente - Outras Contas a Pagar	
	2015	2014
	3.569,61	0,00
Pessoal	0,00	0,00
Adiantamento de clientes	86.407,64	21.367,44
Fornecedores de Investimento	728.063,96	732.574,47
Remunerações a liquidar	0,00	0,00
Benefício após emprego	1.129.413,55	379.287,74
Acréscimos de gastos	0,00	0,00
Rappel a liquidar	0,00	0,00
Juros a pagar	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	442.892,59	1.621.284,66
Credores Diversos	2.390.347,35	2.754.514,31

Os montantes contabilizados a 31 de dezembro de 2015 são referentes essencialmente a remunerações a liquidar, a acertos de serviços prestados no âmbito do comércio internacional com os nossos clientes – Industria farmacêutica, a descontos financeiros a conceder a clientes, a fornecedores de imobilizado e diversos fornecedores de serviços regulares, que o Grupo adquire mensalmente.

22. Vendas e prestações de serviços

O detalhe das vendas e prestações de serviços por produto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como se segue:

	2015	2014
Vendas de mercadorias - Mercado Nacional	357.461.888,89	340.384.864,25
Vendas de mercadorias - Mercado Intracomunitário	10.046.371,43	8.206.244,98
Vendas de mercadorias - Outros Mercados	11.818.975,30	9.767.832,16
Prestação de serviços - Mercado Nacional	2.180.914,13	1.573.190,63
Prestação de serviços - Outros Mercados	46.454,14	95.111,26
	381.554.603,89	360.027.243,28

A variação desta rubrica face ao período homólogo está relacionada com o forte incremento de venda de mercadorias no mercado internacional, quer directamente, quer através de clientes nacionais e com o crescimento da prestação de serviços fora do Grupo.

23. Subsídios governamentais e de outras entidades públicas

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração recebidos no exercício e reconhecidos na demonstração dos resultados (cta 75 – subsídios à exploração) no valor de 24.379,14 euros (40.472,85 euros em 2014), são de âmbito ao apoio à formação profissional, e enquadrados no programa POPH – Programa Operacional Potencial Humano.

A empresa cumpriu e cumpre todos requisitos legais e contributivos necessários á atribuição dos subsídios.

24. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Subcontratos	2.349.186,52	2.080.030,51
Trabalhos Especializados	571.119,05	668.920,44
Publicidade e Propaganda	83.276,55	48.741,03
Vigilância e Segurança	177.493,06	178.346,72
Honorários	177.293,30	178.090,05
Conservação e Reparação	801.179,63	759.494,12
Materiais	263.003,17	379.477,67
Energia e Flúidos	1.020.831,82	1.248.645,56
Deslocações, Estadas	500.041,27	430.917,07
Transportes	172.113,78	420.978,15
Rendas e alugueres	423.173,82	624.855,29
Comunicação	127.642,41	131.995,71
Seguros	524.235,33	331.629,75
Contencioso e notariado	22.002,32	17.920,88
Despesas de Representação	220.856,40	143.385,99
Limpeza, Higiene e conforto	156.910,67	150.675,38
Royalties	0,00	0,00
Outros Serviços	12.098,29	8.177,74
	7.602.457,39	7.802.282,06

As variações nas rubricas de fornecimentos e serviços externos derivam essencialmente da optimização conseguida na logística interna e externa, tendo-se conseguido uma diminuição dos fornecimentos e serviços externos do Grupo apesar do aumento da operação.

25. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	133.861,14	154.302,78
Remunerações do pessoal	4.713.595,56	4.612.644,90
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	1.031.541,41	1.027.205,97
Seguros acidente trabalho	42.549,88	42.546,49
Gastos de ação social	213.815,23	197.156,28
Outros gastos com pessoal	125.960,34	161.837,84
	6.261.323,56	6.195.694,26

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi 312 e 318, respetivamente.

As variações mais significativas são o resultado, essencialmente, de uma alteração legislativa que onerou as horas extras com o pessoal operacional.

## 26. Outros rendimentos e ganhos / Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas” tem a seguinte composição:

Rúbrica	Outros gastos e perdas	
	2015	2014
Impostos	62.786,22	103.256,50
Descontos p.p. concedidos	11.551.299,23	10.910.276,26
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em Inventários	346.282,39	483.000,09
Gastos e Perdas em Inv. Não Financeiros	10.150,74	10.146,04
Correções Relativas Períodos Anteriores	64.645,67	25.113,74
Donativos	30.629,83	38.261,35
Quotizações	14.249,00	14.081,38
Insuficiência da estimativa para impostos	1.332,53	1.067,42
Outros gastos e perdas	10.624,44	22.243,18
	<b>12.092.000,05</b>	<b>11.607.445,96</b>

As variações mais significativas tiveram origem nos seguintes factos: diminuição de perdas em inventários e aumento de desconto de pronto pagamento concedido fruto do aumento das vendas.

Rúbrica	Outros gastos e perdas	
	2015	2014
Proveitos Suplementares	55.322,69	156.945,43
Descontos p.p. obtidos	3.032.628,99	2.826.808,43
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em Inventários	52.129,93	81.066,88
Ganhos em alienações de Ativos Fixos Tangíveis / Ativos Intangíveis	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Inv. Não Financeiros	94.403,00	62.537,25
Correções Relativas Períodos Anteriores	32.617,22	167.631,88
Excesso de Estimativa para Impostos	47.816,64	14.124,28
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	15.742,37	-8.943,68
	<b>3.330.660,84</b>	<b>3.300.170,47</b>

As variações mais significativas tiveram a ver essencialmente, com os descontos obtidos, os ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis e o excesso de estimativa de imposto.

## 27. Locações Operacionais

À data de 31 de dezembro de 2015, o grupo mantinha contratos considerados como locação operacional relativos aos armazéns da Guarda e Aveiro e ao software SAP.

Os pagamentos realizados ao abrigo destes contratos foram reconhecidos como gastos no período na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos – Rendas e Alugueres (Nota 23) e encontram-se detalhados de seguida:

Gastos	2015	2014
Pagamentos mínimos	130.533,48	91.389,48
Rendas contingentes	0,00	0,00
	<b>130.533,48</b>	<b>91.389,48</b>

## 28. Gastos / Rendimentos financeiros líquidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Rúbrica	Juros e gastos similares suportados	
	2015	2014
Juros suportados de financiamentos obtidos	1.990.700,08	2.465.056,35
Outros gastos e perdas relativos a financiamentos	303.345,78	305.238,30
	<b>2.294.045,86</b>	<b>2.770.294,65</b>

Rúbrica	Juros e rendimentos similares obtidos	
	2015	2014
Juros Obtidos	890.309,29	721.524,60
Recuperação de encargos financeiros	238.648,32	461.951,62
Outros proveitos e ganhos relativos a financiamentos	1.243,55	20.183,01
	<b>1.130.201,16</b>	<b>1.203.659,23</b>

As variações nestas rubricas decorrem quer da diminuição das necessidades de financiamento ao longo do ano, quer da diminuição das taxas de juros contratadas.

29. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2015 o gasto de impostos detalha-se da seguinte forma:

	2015	2014
Imposto Corrente	491.943,36	347.836,39
Imposto Diferido	234.497,99	4.843,53
	726.441,35	352.679,92

O gasto de impostos sobre lucros difere do montante teórico que resultaria da aplicação da taxa nominal ao resultado antes de impostos, pelas seguintes razões:

	2015			2014		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Imposto	2.419.598,87	21%	508.115,76	1.098.698,97	23%	252.700,76
Diferenças permanentes						
Efeito MEP	-69.645,01	21%	-14.625,45	-179.098,75	23%	-41.192,71
Benefícios fiscais à materia coletável	0,00	21%	0,00	0,00	23%	0,00
Benefícios fiscais à coleta	0,00	21%	0,00	0,00	23%	0,00
Ajustamentos e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	0,00	21%	0,00	0,00	23%	0,00
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	682.730,51	21%	143.373,41	47.176,06	23%	10.850,49
Outros	-1.226.315,92	21%	-257.526,34	-20.085,93	23%	-4.619,76
Derrama municipal			19.398,66			19.055,66
Derrama estadual			25.656,20			0,00
Tributação autónoma			67.551,12			78.102,05
Insuficiência(excesso) de estimativa de imposto relativa a anos anteriores	0,00		0,00	-14.036,17	23%	-3.228,32
Impostos diferidos ativos						
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores			228.329,72			0,00
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período			0,00			16.997,01
Não recuperados/aproveitados			0,00			79.937,53
Impostos diferidos passivos						
Impacto pela revisão da taxa legal			0,00			-45.105,86
Outros			6.168,28			-10.816,93
Gastos/rendimentos de impostos			726.441,35			352.679,92

A decomposição dos Impostos Diferidos encontra-se na Nota 11.

30. Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota.

31. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 os ativos e passivos financeiros detalham-se como se segue:

Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2015	2014
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	0,00	738.733,34
Cientes	Cientes	Custo amortizado	56.888.177,76	56.755.152,16
Acionistas / Sócios	Contas a Receber	Custo amortizado	0,00	0,00
Outras contas a receber	Contas a Receber	Custo amortizado	2.164.639,95	2.345.452,58
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	4.750.489,74	1.809.613,94
Total ativos financeiros			63.803.307,45	61.648.952,02

Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2015	2014
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	25.803.479,49	34.731.573,67
Fornecedores	Contas a Pagar	Custo amortizado	39.867.105,06	35.452.109,66
Acionistas / Sócios	Contas a Pagar	Custo amortizado	195.270,34	238.104,10
Outras contas a pagar	Contas a Pagar	Custo amortizado	17.903.286,70	8.996.829,16
Total passivos financeiros			83.769.141,59	79.418.616,59

32. Ativos e Passivos Contingentes

A empresa não possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio.

33. Eventos subsequentes

Não ocorreram factos relevantes após o fecho das contas.

34. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à Revisora Oficial de Contas, Maria da Glória Pereira de Sá, nos exercícios de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	2015	2014
Honorários de revisão legal	62.500,00	52.500,00
Honorários de serviços de garantia de fiabilidade	0,00	0,00
Honorários de consultoria fiscal	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	62.500,00	52.500,00

35. Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

A Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2015.

36. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras serão propostas à assembleia geral de sócios, a convocar no próximo mês de maio.

# Relatório e Parecer Do Conselho Fiscal

Grupo Cooprofar-Medlog

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

**1.** No exercício do mandato que V. Ex.as nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados da **Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

**2.** Ao longo do ano e no exercício das suas funções, este Conselho Fiscal acompanhou a actividade da empresa, procedendo à verificação das suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias, tendo obtido do Conselho de Administração e dos Serviços quer a informação continuada sobre a evolução dos negócios quer todas as outras informações que entendeu útil e necessário solicitar.

**3.** Não tomámos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

**4.** No final do ano apreciámos e verificámos o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Anexo consolidado, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente correctos, a situação económica e financeira da Empresa, bem como a formação do resultado consolidado e dos fluxos de caixa consolidados. Procedemos ainda à apreciação do Relatório do Conselho de Administração que consideramos relevar os aspectos mais significativos ocorridos no exercício e estar em conformidade com as contas que o acompanham.

**5.** Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos, somos de parecer que:

- a) Seja aprovado o relatório consolidado relativo ao exercício de 2015;
- b) Sejam aprovadas as Contas consolidadas (Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e Anexo consolidado) relativas ao exercício de 2014;

**6.** O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Gondomar, 16 de maio de 2016

**O CONSELHO FISCAL,**

Presidente – Dr. Manuel Vaz Sousa

Relator – Dra. Maria Idília G.A. Oliveira

Vogal – Dr. Paulo Manuel Torrão Ferreira

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas de **Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 97 004 156,24 euros e um total de capital próprio de 21 633 901,78 euros, incluindo um resultado líquido de 1 693 157,52 euros), a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações consolidadas nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7. abaixo, o exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

### RESERVA

7. Na ausência de uma avaliação por entidade independente, não é possível concluir sobre a correta expressão da rubrica de "Ativos Intangíveis" ("Goodwill" de 3.898.046€), assim como de de "Participações financeiras" ("Método da Equivalência Patrimonial" de 3.871.659€) incluídas no Ativo da sub-participada Medlynco, SGPS, S.A. referentes às participações que por sua vez detêm nas sociedades Sodifarma, S.A. e Mecofarma, S.A., sociedades de direito angolano adquiridas em 2013 e 2014.

A evolução da cotação do kwanza face ao dólar e as necessárias autorizações de conversão e transferência de fundos pelas Autoridades Angolanas são determinantes na recuperação do investimento em Angola.

### OPINIÃO

8. Em minha opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7. acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, as alterações consolidadas nos capitais próprios e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

### ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para o facto de ter sido disponibilizado nesta data o Relatório e Contas da sub-participada Medlynco, SGPS, S.A., que levou à atualização da redação da reserva incluída na certificação legal das contas inicialmente emitida em 17 de maio de 2016.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também minha opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concorde com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Porto, 24 de maio de 2016

Maria da Glória Pereira de Sá  
R.O.C. n.º 306

# Contas Individuais da Coopprofar, CRL

Grupo Coopprofar-Medlog

## BALANÇOS

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	5.271.456,76	5.918.464,74
Ativos intangíveis	7	62.438,29	36.772,96
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	9	11.921.733,09	11.355.962,48
Participações financeiras - Outros métodos	9	22.063,00	22.063,00
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	10	469.463,75	837.686,69
		<b>17.747.154,89</b>	<b>18.170.949,87</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	18.877.635,38	14.675.576,17
Clientes	12	31.283.869,19	39.556.978,42
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13	2.311.232,05	2.316.715,25
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	14	831.080,93	464.163,22
Diferimentos	15	383.930,00	321.520,67
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.373.714,80	1.158.473,82
		<b>57.061.462,35</b>	<b>58.493.427,55</b>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>74.808.617,24</b>	<b>76.664.377,42</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	16	311.000,00	307.500,00
Reservas legais	16	439.500,00	439.500,00
Outras reservas		15.727.561,39	15.727.561,39
Resultados transitados		-2.580.146,77	-3.363.778,95
Ajustamentos em ativos financeiros		3.935.914,14	3.935.914,14
Excedentes de revalorização		208.376,72	243.827,10
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
		<b>18.042.205,48</b>	<b>17.290.523,68</b>
Resultado líquido do período		1.693.157,52	746.019,05
Interesses minoritários		0,00	0,00
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>19.735.363,00</b>	<b>18.036.542,73</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	17	2.570.174,51	3.457.622,17
Passivos por impostos diferidos	10	67.703,62	82.936,94
Acionistas / Sócios		195.270,34	238.104,10
		<b>2.833.148,47</b>	<b>3.778.663,21</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	26.503.642,59	25.982.945,05
Estado e outros entes públicos	13	44.996,44	86.716,25
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	17	24.637.715,13	28.091.711,94
Outras contas a pagar	19	1.053.751,61	687.798,24
Diferimentos		0,00	0,00
		<b>52.240.105,77</b>	<b>54.849.171,48</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>55.073.254,24</b>	<b>58.627.834,69</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>74.808.617,24</b>	<b>76.664.377,42</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	20	297.530.501,09	289.877.810,83
Subsídios à exploração		175,29	4.226,77
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendim. conjuntos	21	565.770,61	936.219,20
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-273.304.859,04	-266.088.509,19
Fornecimentos e serviços externos	21	-9.212.426,69	-9.621.819,82
Gastos com pessoal	22	-1.451.568,15	-1.585.030,10
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-1.402.599,97	-2.593.345,91
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23	2.621.767,14	2.622.726,33
Outros gastos e perdas	23	-11.620.161,50	-11.048.863,68
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.726.598,78</b>	<b>2.503.414,43</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-726.197,88	-380.458,72
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3.000.400,90</b>	<b>2.122.955,71</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	980.479,55	964.089,44
Juros e gastos similares suportados	25	-1.789.160,82	-2.252.276,14
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.191.719,63</b>	<b>834.769,01</b>
Imposto sobre rendimento do período		-498.562,11	-88.749,96
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.693.157,52</b>	<b>746.019,05</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes	12	305.803.610,32	297.758.158,15
Pagamentos a fornecedores	18	-277.121.372,80	-266.513.424,24
Pagamentos ao pessoal	22	-1.467.724,92	-1.500.866,49
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>27.214.512,60</b>	<b>29.743.867,42</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26	232.407,25	-158.749,96
Outros recebimentos/pagamentos	14/19	-19.085.789,70	-18.562.745,07
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>8.361.130,15</b>	<b>11.022.372,39</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	-37.076,56	-62.137,62
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	18.292,68	16400
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>-18.783,88</b>	<b>-45.737,62</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	17	40.164.340,94	43.104.590,79
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	16	3.500,00	3.003,98
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	17	-44.505.785,41	-50.733.926,74
Juros e gastos similares	25	-1.789.160,82	-2.252.276,14
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	-53.889,63
Outras operações de financiamento		0,00	-500.000,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>-6.127.105,29</b>	<b>-10.432.497,74</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>2.215.240,98</b>	<b>544.137,03</b>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.158.473,82	614.336,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.373.714,80	1.158.473,82

MAPA DE VARIAÇÕES DE CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 DA COOPROFAR, C.R.L.

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
01 de janeiro de 2014	358.385,65	0,00	0,00	0,00	439.500,00	15.727.561,39	752.900,66	824.197,01	281.440,22	0,00	-1.002.517,28	17.381.467,65	0,00	17.381.467,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							49.367,22		-49.367,22			0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							-11.754,10		11.754,10			0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							-3.151.775,45	3.111.717,13				-40.058,32		-40.058,32
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-1.002.517,28				1.002.517,28	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.116.679,61	3.111.717,13	-37.613,12	0,00	1.002.517,28	-40.058,32	0,00	-40.058,32
RESULTADO INTEGRAL											746.019,05	746.019,05		746.019,05
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											746.019,05	746.019,05		746.019,05
Realizações de capital	3.003,98											3.003,98		3.003,98
Realizações de prêmios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações	-53.889,63											-53.889,63		-53.889,63
	-50.885,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-50.885,65	0,00	-50.885,65
31 de dezembro de 2014	307.500,00	0,00	0,00	0,00	439.500,00	15.727.561,39	-3.363.778,95	3.935.914,14	243.827,10	0,00	746.019,05	18.036.542,73	0,00	18.036.542,73

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
01 de janeiro de 2015	307.500,00	0,00	0,00	0,00	439.500,00	15.727.561,39	-3.363.778,95	3.935.914,14	243.827,10	0,00	746.019,05	18.036.542,73	0,00	18.036.542,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							37.613,13		-37.613,13			0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							746.019,05		2.162,75		-746.019,05	2.162,75		2.162,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	783.632,18	0,00	-35.450,38	0,00	-746.019,05	2.162,75	0,00	2.162,75
RESULTADO INTEGRAL											1.693.157,52	1.693.157,52		1.693.157,52
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											1.693.157,52	1.693.157,52		1.693.157,52
Realizações de capital	3.500,00											3.500,00		3.500,00
Realizações de prêmios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
31 de dezembro de 2015	311.000,00	0,00	0,00	0,00	439.500,00	15.727.561,39	-2.580.146,77	3.935.914,14	208.376,72	0,00	1.693.157,52	19.735.363,00	0,00	19.735.363,00

Os conteúdos, indicadores e valores estão corretos, salvo erro tipográfico.

#### AGRADECIMENTOS

A todas as entidades públicas e privadas que connosco colaboram, nomeadamente, a Banca, expressamos o nosso reconhecimento pela confiança demonstrada.